

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**A DIALÉTICA DO HOMEM: PRODUÇÃO E APROPRIAÇÃO DO REAL**

**MAURICIO MULINARI**

Florianópolis

2010

**MAURICIO MULINARI**

**A DIALÉTICA DO HOMEM: PRODUÇÃO E APROPRIAÇÃO DO REAL**

Monografia submetida ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado.

**Orientador:** Prof. Dr. Nildo Domingos Ouriques

FLORIANÓPOLIS

2010

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 10 (dez) ao aluno Mauricio Mulinari na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

-----  
Prof. Dr. *Nildo Domingos Ouriques*

-----  
Prof. Dr. *José Antônio Martins*

-----  
Msc. *Fernando Corrêa Prado*

*Deixa lá dizer Pascal que o homem é um caniço pensante.*

*Não; é uma errata pensante, isso sim. Cada estação da vida é uma edição, que corrige a anterior, e que será corrigida também, até a edição definitiva, que o editor dá de graça aos vermes.*

**(Machado de Assis, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*)**

*Os matizes inumeráveis que a propriedade privada oferece à primeira vista refletem apenas os estágios intermediários que existem entre esses dois extremos, a propriedade privada de trabalhadores e a de não-trabalhadores.*

**(Karl Marx, *O Capital*)**

## RESUMO

Este texto tem o objetivo de apreender o processo humano de produção e apropriação da realidade sensível. Busca entender como os homens ao produzirem suas próprias vidas produzem tudo que lhes rodeia, plasmam sua própria essência humana na natureza, externalizando suas forças essenciais e assim humanizam-se na história ao produzir a história. Busca entender o processo de humanização do ser humano, processo que só pode ser apreendido racionalmente como eminentemente revolucionário. E através desta concepção, que coloca no centro da análise científica o modo como os homens produzem suas vidas, entender como o modo de produção capitalista consolidou-se como forma dominante desta produção, buscando averiguar o nascimento, consolidação e degeneração desta forma histórica de sociabilidade humana. Juntamente à compreensão de como os homens criam sua própria existência, este trabalho busca também evidenciar a forma como ao produzirem suas vidas os homens criam formas de representação correspondentes. Não somente isso, mas também apreender o fato do homem só poder entender racionalmente a sua existência, através da ciência, a partir do momento em que efetivamente a ciência colocou-se como elemento central da existência humana, na indústria moderna. E com a indústria moderna, apreender o que esta forma de produção representa para a história da humanidade, para o processo de humanização do homem, para sua luta pela liberdade.

**Palavras chave:** Ciência. Dialética. Modo de produção capitalista. Práxis. Produção e apropriação do real.

# SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
1.1 Tema e problema .....	6
1.2 Objetivos.....	9
1.2.1 Objetivo geral .....	9
1.2.2 Objetivos específicos.....	9
1.3 Justificativa.....	10
2. REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO: MÉTODO MATERIALISTA- HISTÓRICO-DIALÉTICO .....	11
3. O HOMEM E A PRÁXIS .....	12
4. O MUNDO DAS APARÊNCIAS E A PRÁXIS UTILITÁRIA.....	26
5. MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E SOCIALIZAÇÃO DA HUMANIDADE ....	31
5.1 Transição da sociedade mercantil para a sociedade capitalista.....	31
5.2 Processo capitalista de produção e reprodução: lei do valor e superação da lei do valor .....	40
5.3 Manufatura: consolidação do modo de produção capitalista.....	46
5.4 Desenvolvimento da grande indústria moderna: maturidade da sociedade burguesa ....	50
6. O NOVO MATERIALISMO .....	62
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	71
REFERÊNCIAS .....	73

# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1 Tema e problema

A estrutura monográfica obriga o estudante que redige sua monografia a adotar certas formalidades textuais. Um capítulo que conste a introdução do problema de pesquisa e o referencial teórico-metodológico se faz obrigatório dentro desta estrutura pré-estabelecida. Teoricamente, esta estrutura funciona no sentido de garantir um padrão formal e um padrão de qualidade básico para as monografias redigidas, o que de certa forma é necessário. Entretanto, esta estrutura não é tirada do nada, pelo contrário, é proveniente de determinada concepção do que seja a ciência.

Quando me deparei com as formalidades da monografia, uma coisa me saltou aos olhos: a obrigatoriedade de uma seção inicial para o tratamento da questão metodológica. Essa obrigatoriedade expressa nada mais que a concepção idealista que reina no que se chama atualmente de ciência social. Concepção que utiliza o método como fator *a priori* para a investigação científica, como um conjunto de diferentes instrumentos para a análise de diferentes realidades; como dito por um professor em sala de aula: “o serrote se usa para serrar e o martelo para bater, assim também é com as diferentes teorias econômicas”. Ou seja, cada qual assume uma teoria para seguir de acordo com o problema de pesquisa escolhido, e cada teoria tem um conjunto de exigências metodológicas diferentes a serem adotadas para sua “sustentação”. Assim, estabelecem-se “trincheiras teóricas”, onde cada grupo de “intelectuais” esconde-se atrás de seus pressupostos metodológicos, o diálogo não existe entre eles e nem pode existir, para haver alguma troca é preciso existir algo em comum entre as coisas a serem trocadas, e todos estes guerreiros entrincheirados não tem um pingão sequer de ciência em suas análises para a comunhão com seus rivais.

Concebem o método como fruto de suas cabeças, como idealização necessária ao defrontarem o animal feroz que supõem ser a realidade. Não sabem eles que representam o mais absoluto descrédito científico, tratam o que já foi domado como animal selvagem, não passam de meras “piadas de corredor”. Enquanto os homens reais humanizaram-se na história, a ciência social insiste em desumanizá-los, insiste em tratar as coisas, uma simples cadeira, por exemplo, como objetos externos ao homem. Tudo isso em favor de exigências

metodológicas: deve-se definir um objeto de estudo, onde este objeto é delimitado por um conjunto de coisas externas ao homem que se relacionam entre si de maneira empírica, e esta relação entre as coisas que compõe o objeto é definida pelo próprio investigador, ou seja, os “elementos significantes” da análise são produto da cabeça de quem investiga. “Cada cabeça, sua sentença”, a isso se resume a ciência social atualmente. Não poderia ser diferente, não serve ela, a ciência social, a outra coisa senão à defesa do moribundo modo de produção capitalista. Não consegue ver o novo que nasce, só lhe resta exaltar o velho que morre, e como velho que perece e a cada dia muda de figura para não morrer de vez, a cada hora surgem novas “escolas de pensamento” para dar seu novo diagnóstico otimista sobre o moribundo. A ciência social está resumida a uma novena em homenagem ao moribundo!

É a isso que serve uma seção inicial sobre o método, somente para reproduzir toda essa porcaria – isso ficará claro no desenvolver desta monografia. As ciências sociais fazem parte dela, e a monografia em sua estrutura, como não poderia deixar de ser, expressa essa defesa do moribundo. Dissertar sobre um método para depois “aplicá-lo” ao desenvolvimento do texto não passa de um disparate científico, a realidade é como é, independente de analisá-la, por exemplo, sobre o paradigma da economia-mundo ou sobre o paradigma da novíssima teoria de “qualquer coisa” sobre os determinantes da incerteza no capitalismo atual. Criar escolas de pensamento ou filiar-se a elas é o que resta a esses párias, que dedicam suas vidas ao exercício do absurdo. Assim, se existe um “problema” a ser resolvido, esse problema não é meu, mas sim dos idealistas, e essa monografia contribui muito pouco para resolver seus problemas.

Esta monografia se propõe a contar uma história já contada, nada mais que isso. Mas como disse Saramago no Fórum Social Mundial de 2005: “as palavras são umas desgraçadas”. Uma mesma história contada com as mesmas palavras, iguaiszinhas, não é uma mesma história, como tudo que existe, as palavras são também mutação em movimento, e como mudam, é preciso constantemente visitar as histórias já contadas e contá-las novamente, com novas palavras, e também com novos sentidos, por quê não? Tudo muda! A isso se propõem este texto: contar uma velha história novamente, não uma história inventada, mas sim uma história apreendida de maneira materialista. Não deixa de ser um texto monográfico, segue a estrutura monográfica, mas mesmo assim é uma tentativa de destruir a monografia, tenta ser uma superação da monografia, e deve ser entendido como tal. Não há contribuição teórico-metodológica nas páginas que virão, há sim a apreensão da história do homem, uma tentativa de apreender o que é o homem, os porquês da vida ser como é. E já que “o que eu sou é o que me faz viver” (Shakespeare, *Henrique III*), e o homem socializado se



apresenta como pressuposto dos nossos tempos, o estudo a seguir não é mais que o estudo de mim mesmo, assim, não passa da busca para entender o que me faz viver, a busca pela efetivação e apreensão de minha essência.

E nesta trajetória científica, que se assemelha a uma jornada de descoberta, como pré-estabelecer os caminhos? Como falar em método? O método também é construção, e como coisa em construção não pode apresentar premissas acabadas. Assim, desconstruo a seção sobre o método em nome da construção da ciência; é ilegítimo falar-se em um método. Essa ilegitimidade reflete-se nos próprios trabalhos monográficos, constantemente a seção inicial torna-se às vezes uma alegoria que não tem relação nenhuma com o resto da obra, quando não um verdadeiro exercício de erudição estéril, uma discussão irrefreável de conceitos diversos de diferentes autores, onde se aglutinam trechos das trincheiras pretéritas para formarem-se novas trincheiras. Mas falemos sobre o tema.

O tema de pesquisa é um só: o homem. O homem como produto de si mesmo, como processo de produção de si mesmo. Não só produção, mas produção e apropriação do homem por si mesmo, momentos indissociáveis da produção da vida humana. O homem produz e se apropria do que produz, não numa seqüência lógica, onde primeiro produz para depois apropriar-se, a lógica não serve para entender o homem em sua totalidade, não serve para entender a unidade de produção e apropriação. E como não existe nenhuma diferença entre apropriação material e apropriação intelectual, esta monografia tentará mostrar como o homem pôde na história apropriar-se intelectualmente, através da ciência, da realidade que produziu.

Junto a isso, pretende mostrar como o homem no seu processo de humanização desenvolveu as forças produtivas da sociedade de classes e, desta maneira, criou as condições objetivas para a superação das próprias classes. Evidenciar como o homem tornou sua existência científica e não mais natural, como o homem “derrotou” a relação homem e natureza e em seu lugar erigiu a relação entre o homem e o próprio homem, entre o homem e as coisas do homem. Assim, esta monografia se apresenta também como uma exaltação da ciência, não por motivos morais, mas sim porque objetivamente a ciência tornou-se o elemento central da existência humana, elemento que criou a possibilidade real da liberdade humana. Entretanto, esta liberdade não se realiza em virtude da miopia congênita da sociedade de classes, assim, além de um elogio à ciência, esta monografia é uma crítica à velha sociedade, uma crítica destrutiva a esta sociedade. Crítica destrutiva que não tem origem em uma predisposição moral contra os “malfeitos” da sociedade capitalista, mas sim na própria práxis humana, pois apreende que o homem só compreende sua atividade, que é

revolucionária em essência, através de uma forma de apreensão revolucionária. Só apreende a beleza da música o ser humano educado para a música, da mesma maneira é com a humanidade, só o homem revolucionário, que foi “educado” para apreender a essência da humanidade, pode apreender sua beleza. E não só apreciar o já feito, mas também compor novas e mais belas sinfonias.

## **1.2 Objetivos**

### **1.2.1 Objetivo geral**

Apreender a existência do homem na história e a essência da história do homem. Entendendo a partir disso a unidade indissociável destes dois momentos, já que um só existe juntamente com o outro. Além de mostrar como essa unidade só existe em movimento contínuo, como mutação em movimento.

### **1.2.2 Objetivos específicos**

- Apreender a maneira como o homem faz a história e só existe na história. Apreender sua práxis revolucionária.
- Entender como o homem comum, mesmo já socializado, não consegue apreender sua essência.
- Evidenciar como o capital assume o papel de forma de sociabilidade humana dominante na história, e como a partir disso, através de seu desenvolvimento, cria a sua própria negação, já que nega o trabalho como elemento central da vida dos homens.
- Mostrar a inexistência de um método – entendido como conjunto de premissas para a análise científica – na concepção materialista da história sistematizada por Marx e

Engels. E em substituição a isso, elevar ao primeiro plano a concepção da história baseada na produção e apropriação do real pelo homem.

- Apreender a necessidade histórica do comunismo como “obra-prima” da humanidade.

### 1.3 Justificativa

Os constantes desvios idealistas levados a cabo pelos marxistas criaram um sem número de confusões e equívocos. Um deles, senão o principal, é a concepção errônea sobre o que se convencionou chamar de materialismo histórico ou materialismo dialético, concepção que o trata como um conjunto de premissas para a análise científica. Esse desvio tem levado a inúmeras complicações no entendimento da atual sociedade baseada no não-trabalho; como não conseguem ver a própria concepção materialista da história de Marx e Engels como mutação em movimento, não se livram das velhas concepções erigidas sobre a velha sociedade capitalista. O idealismo marxista não passa desta maneira de reprodução da ideologia burguesa sem dar-se conta disso.

Assim, se existe um motivo de existir desta monografia é o de – como dito anteriormente – contar uma velha história com novas palavras. Novas palavras que tem em vista o confronto teórico objetivo dos nossos tempos, que tem em vista não corrigir os desvios do marxismo – que não haja confusão, os desvios idealistas são o que a justifica, mas não o que a move – mas sim apreender o desenvolvimento humano. E nesta apreensão mostrar a gravidez da velha sociedade construída sobre o trabalho, que está prenhe da nova sociedade baseada no não-trabalho. Assim, trata-se de um estudo sobre a gravidez, não sobre o parto, este se realizará na luta diária concreta, longe das universidades obviamente, estas, dominadas pelo idealismo como estão, vêm na barriga da grávida apenas gordura que pode ser “queimada”, vêm nas contrações que cada vez ocorrem em intervalos de tempo menores apenas uma cólica que pode ser remediada. Ledo engano, será surpreendida pelo berro do novo que não agüenta mais a prisão do ventre velho, quer a liberdade, quer viver o mundo e não mais apenas ouvir falar sobre ele.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO: MÉTODO MATERIALISTA-HISTÓRICO-DIALÉTICO**

---

---

---

---

---

---

(ASSIS, 2004, p. 160)

### 3. O HOMEM E A PRÁXIS

Bilhões de anos de evolução fizeram com que a espécie humana desenvolvesse características biológicas diferenciadas dos outros animais. Entretanto, este texto não se propõe investigar quais características genéticas fizeram do homem o que é; ao contrário, pretende entender como o homem transformou o mundo (e com o mundo, a si mesmo) a partir de si e para si. Pretende mostrar como o homem superou o deus cristão, não somente fazendo de si mesmo sua imagem e semelhança<sup>1</sup>, mas fazendo de tudo que existe sua imagem e semelhança.

O que diferencia o homem do animal? O homem se comunica através da linguagem, vive em casas, usa a eletricidade, dirige o automóvel, crê em deuses, lê livros, se conecta com o mundo através de um computador etc., enquanto que o animal continua escravo do seu habitat natural, um peixe não vive fora d'água, um urso polar longe do frio intenso não sobrevive, um leão necessita da savana, um albatroz precisa da costa marítima para sobreviver, etc. (isto, obviamente, muda de figura quando o homem os cria em um zoológico). Aprofundemos a questão. Por que o homem, em seus tempos inglórios e remotos, era também escravo de seu habitat natural, qual o motivo para ter se transformado no que é hoje, de que maneira o homem “humanizou-se”?

Marx e Engels respondem nossa questão da seguinte maneira:

Podemos distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião – por tudo o que se quiser. Mas eles começam a distinguir-se dos animais assim que começam a *produzir* os seus meios de subsistência, passo que é requerido pela sua organização corpórea. Ao produzirem os seus meios de subsistência, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material. (MARX; ENGELS, 2009, p.24)

Desta forma, quando, por exemplo, o homem primitivo – partindo de suas características biológicas diferenciadas – bateu duas pedras, uma contra a outra, gerando a faísca, que ao ser lançada em combustível apropriado (como galhos secos) produziu o fogo, uma mudança gigantesca ocorreu com esse homem. O que nos parece extremamente arcaico ou coisa de escoteiro nos dias de hoje, foi extremamente revolucionário para o homem primitivo. Com o fogo o homem pôde se aquecer nos dias frios, livrou-se das doenças ao cozinhar os alimentos, afastou os animais selvagens durante a noite, enfim, operou um

---

<sup>1</sup> “E disse Deus: Façamos o homem à nossa imagem e semelhança, o qual presida aos peixes do mar, às aves do céu, às bestas, e a todos os répteis, que se movem sobre a terra, e domine em toda a terra.” (Gen. I. 26)

processo de libertação do seu estado de vida natural. O homem que não dominava o fogo era um, o homem que passou a dominar o fogo é outro qualitativamente diferente.

O homem ao decompor a matéria (bater as pedras uma na outra) objetiva sua essência (o domínio da natureza) no fogo, um meio de subsistência, e essa objetivação faz com que a existência humana se transforme, transformando a própria subjetividade humana. Quanto mais o homem se emancipa dos perigos e das preocupações da vida animal, mais ele se dedica às preocupações da vida eminentemente humana, mais ele se dedica ao domínio da natureza, e ao dominar a natureza efetiva seu processo de libertação. E esta superioridade dos homens em relação ao resto da natureza nunca foi perdoada pelos deuses, até hoje Prometeu, o titã que nos “deu” o fogo, tem seu fígado devorado todos os dias por uma águia no cume do monte Cáucaso, Zeus “sabia” que seu fim estava próximo<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup>*Encobre, ó Zeus!  
o céu com suas nuvens.  
E como o jovem  
que gosta de colher  
cardos no campo, em teu poder conserva  
o robusto carvalho e o alto cume  
da espaçosa montanha.  
Mas consente que eu use  
essa terra que é minha,  
esse abrigo que eu fiz,  
e esta forja que quando faço arder,  
tu, no Olimpo, me invejas.  
[...]  
Como prestar-te honra? Mas por quê?  
Deste jamais alívio  
aos oprimidos?  
Já enxugaste as lágrimas  
dos que são infelizes?  
Formei um homem,  
mas um homem afinal que só se curva  
perante o Tempo e o Fado  
que são tão meus senhores quanto teus.*

*Pensastes tu talvez  
que poderia desprezar a vida  
e ao deserto fugir  
porque nem todos  
os meus sonhos floriram?*

*Aqui estou.  
Homens faço segundo a minha imagem,  
homens que serão logo iguais a mim.  
Divertem-se e padecem,  
gozam e choram,  
mas não se renderão aos poderosos  
como também eu nunca me rendi!  
(Goethe, Prometeu)*

Assim o homem altera constantemente sua subjetividade ao se objetivar na matéria. Subjetividade entendida como modo de existência pensado e sentido para si do mundo. Criando uma unidade indissociável entre sujeito e objeto, unidade indissociável entre homem e natureza. E, desta maneira, se fosse possível resumir o homem em uma palavra, esta palavra seria *liberdade*, melhor, três palavras: *processo de libertação*. Sendo que a única forma de apreender este processo – processo eminentemente revolucionário, onde cada avanço científico-técnico da humanidade leva a uma mudança de sua própria subjetividade – é através da práxis revolucionária.

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defrontando-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. (MARX, 2006, p. 211)

Neste processo de libertação humana, processo de humanização, o homem percorreu vários estágios. O primeiro ato histórico do homem foi o próprio ato de criar seus meios de subsistência, ato de criar sua vida material, e este ato continua sendo realizado até os dias de hoje, ininterruptamente, como condição *sine qua non* para a reprodução da vida dos homens. Com a satisfação das necessidades fundamentais, novas necessidades surgem para a realização da vida humana, e a produção destas novas necessidades torna-se tão fundamental quanto a satisfação das necessidades elementares. A terceira relação que se apresenta como fundamental para o homem é a produção de novos homens, a própria reprodução da espécie, o aumento da população, aqui surge a relação entre os familiares. Estas três fases devem ser entendidas como momentos indissociáveis, onde um não existe sem o outro. (MARX; ENGELS, 2009, p. 41, 42)

Com isso, a vida humana torna-se tanto natural quanto social:

A produção da vida, tanto da própria, no trabalho, quanto da alheia, na procriação, surge agora imediatamente como uma dupla relação: por um lado como relação natural, por outro como relação social – social no sentido em que aqui se entende a cooperação de vários indivíduos seja em que circunstâncias for e não importa de que modo e com que fim. Daqui resulta que um determinado modo de produção, ou fase industrial, está sempre ligado a um determinado modo de cooperação, ou fase social, e esse modo de cooperação é ele próprio uma “força produtiva”; [...] Revela-se assim, logo de princípio, uma conexão materialista dos homens entre si, a qual é requerida pelas necessidades e pelo modo da produção e é tão velha como os próprios homens – uma conexão que assume sempre formas novas e que, por

consequente, apresenta uma “história”, mesmo que não exista um absurdo político ou religioso qualquer que una ainda mais os homens. (MARX; ENGELS, 2009, p. 43)

Desta forma, tão natural quanto o homem existir (comer, beber, se movimentar, etc.) é o homem se organizar segundo determinada exigência material em sociedade, organizar-se com os outros homens para atingir determinado efeito útil que sozinho não seria possível, como, por exemplo, caçar um animal de grande porte como um búfalo. Somente aqui surge a consciência, que por mais que os românticos queiram tratar como “pura”, traz na pele a marca da matéria: a linguagem. Linguagem que só existe e adquire sentido quando é falada por um grupo de pessoas. “A consciência é, pois, desde o começo, um produto social, e continuará a sê-lo enquanto existirem homens” (MARX; ENGELS, 2009, p.44)

Do aumento da produtividade, decorrida da organização dos homens para a obtenção de certo efeito útil, do aumento da população através da reprodução e do aumento das necessidades humanas surge a principal cisão do trabalho que dará origem a própria divisão social do trabalho: a cisão entre o trabalho material e o espiritual. Antes dessa divisão os homens dividiam suas tarefas de acordo com critérios exclusivamente naturais – como a força física superior do sexo masculino, que levava os homens em direção às atividades de caça. Após certo nível de produtividade, os homens passaram a produzir sua subsistência e ainda lhes sobrava certo tempo para refletir, a divisão meramente natural deu lugar à divisão do trabalho eminentemente humana ou social. A partir disso os homens deram “asas a sua imaginação”, onde a consciência passou a viver da ilusão de que representava algo diferente da práxis existente. Exemplo disso é a passagem das religiões primitivas onde o materialismo reinava – o animismo, os totens e a magia eram as formas predominantes da crença – para as religiões cristãs, onde deus é uma divindade exterior e opressora (onipotente, onipresente e onisciente). Isso fica claro na comparação do que diz Mariátegui sobre a religião do quéchua em comparação com a “palavra de Deus”:

Os traços fundamentais da religião incaica são seu coletivismo teocrático e seu materialismo. [...] A religião do quéchua era mais um código moral do que uma concepção metafísica [...]. O Estado e a Igreja se identificam absolutamente; a religião e a política reconheciam os mesmos princípios e a mesma autoridade. O religioso se resolvia no social. (MARIÁTEGUI, 2008, p. 165)

Mais imponente que o bramido de muitas águas,  
Mais poderoso que as vagas do Oceano,  
Magnífico nas alturas é o Senhor.  
(Sl. 92. 4)

Vós, Senhor, me perscrutais e me conheceis,



Sabeis quando me sento e quando me levanto.  
 De longe penetrais meus pensamentos;  
 Quando ando e quando me deito, Vós o vedes,  
 E todos os meus caminhos Vos são familiares.  
 Ainda não me chegou à língua uma palavra,  
 E já, Senhor, a conheceis toda.  
 Por trás e pela frente, Vós me envolveis,  
 E sobre mim colocais a vossa mão.  
 Ciência maravilhosa; não me é acessível;  
 Muito elevada: não chego a alcançá-la.  
 (Sl. 138. I. 2. 3. 4. 5. 6)

Grande é o Senhor nosso, e poderosa a sua força;  
 Não tem limites a sua sabedoria.  
 (Sl. 146. 5)

Ao livrar-se da vida animal, onde o trabalho humano tinha uma característica eminentemente instintiva e os meios de trabalho tinham caráter simplório – a mão humana era o principal meio de trabalho do homem primitivo, além de galhos, pedras, e tudo mais que estivesse ao alcance da mão –, e ao cindir o trabalho material do trabalho espiritual, o homem opera uma revolução no seu próprio modo de atuar sobre a natureza, o que em última instância revoluciona a si mesmo. Passa a projetar os seus atos para alcançar determinado objetivo, projetá-los dentro de sua cabeça antes de colocar em prática seu plano pré-estabelecido. Dá o golpe final nas suas condições de animal ao desenvolver a prévia ideação, ao desenvolver o trabalho com características exclusivamente humanas.

Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às de um tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante de seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade. (MARX, 2006, p. 211-212)

E ao projetar sua atividade, o homem cria os meios de trabalho – coisas que o trabalhador coloca entre si e o objeto de trabalho – específicos para cada atividade em particular. Cria a lâmina do machado que corta melhor que qualquer dente, o martelo que bate com mais força que a mão humana, domestica o boi que puxa com muito mais força que o homem etc., ou seja, potencializa suas forças essenciais. Produzir meios de trabalho é coisa que cabe única e exclusivamente à espécie humana. Desta maneira, o estudo dos meios de trabalho é a forma mais adequada para se avaliar o desenvolvimento de uma civilização, já

que os mesmos expressam o grau de domínio do homem sobre o meio em que vive e as condições sociais sob as quais realiza o trabalho.

Aqui cabe uma retrospectiva histórica sobre a origem e as conseqüências concretas da divisão do trabalho para a vida humana. O homem real em seu estado de vida primitivo tinha o interesse comunitário organizado por relações sanguíneas, a gens era a unidade fundamental de produção da vida dos homens. Cada tribo dividia-se em diversas gens, que com o aumento da população dividiam-se novamente, fazendo com que a própria tribo se subdividisse em outras tribos em certo estágio do desenvolvimento. As tribos indígenas em estado “natural” ainda existente na Amazônia, por exemplo, mostram, grosso modo, o que foi esta forma de organização social. Organização social que tinha como característica fundamental o pequeno ou ausente domínio sobre a natureza decorrente de necessidades pouco desenvolvidas.

Mesmo dentro desta sociedade gentílica já havia uma divisão do trabalho de caráter espontâneo. Os homens eram responsáveis pela caça e pesca, produzindo os instrumentos necessários para realizá-las, além de ir à guerra. Já as mulheres cuidavam da economia doméstica, preparando a comida e confeccionando as roupas. Cada grupo era proprietário dos instrumentos que utilizava e a economia era comunista, abrangendo várias e numerosas famílias.

Ainda sob a égide desta organização gentílica, algumas tribos mais adiantadas encontraram animais passíveis de domesticação, podendo então ser criados em cativeiro. Com isso produziam víveres em maior quantidade como também em maior variedade. Essas tribos pastoris destacaram-se das tribos bárbaras e assim se constituiu a primeira grande divisão social do trabalho. Essa organização da produção tornou possível a troca regular de mercadorias entre as tribos e a consolidação do comércio como instituição regular. Num primeiro momento as trocas eram realizadas entre os chefes gentílicos, porém, com o continuado processo de apropriação dos rebanhos de maneira privada, as trocas passaram a ser efetuadas cada vez mais por indivíduos. Em decorrência disso o gado passou a ser a primeira mercadoria que desempenhou as funções do dinheiro.

Nesta fase dois inventos industriais são bastante importantes: o tear e a fundição de minerais e o conseqüente trabalho com metais fundidos (o cobre, o bronze e o estanho). A utilização destes inventos desenvolveu todos os ramos de produção da época, tornando a força de trabalho do homem capaz de produzir além de suas necessidades de manutenção. Além do que, ao estender o número de atividades produtoras, graças as novas possibilidades advindas dos inventos, aumentou a soma do trabalho efetuado por cada membro da gens, passando a ser necessário conseguir mais força de trabalho. Esta força de trabalho nova foi conseguida

através da guerra entre as tribos, onde os vencidos passaram a ser escravizados. “Da primeira grande divisão social do trabalho, nasceu a primeira grande divisão da sociedade em duas classes: senhores e escravos, exploradores e explorados.” (ENGELS, 1976, p. 214)

Com o passar das gerações, o homem tornou possível o domínio do ferro, e esse foi o novo paradigma do progresso tecnológico, a partir daí instaurou-se o período da espada de ferro, do arado e do machado de ferro. Este domínio tornou possível a agricultura em grande escala e a transformação de grandes áreas de florestas em áreas para o cultivo, além de dar aos artesãos meios de produção que antes eram impensáveis, graças ao fio e a dureza que só o ferro poderia proporcionar. Isso aumentou a riqueza com grande rapidez, os artesãos cada vez mais especializados produziam mais e melhor, a agricultura fornecia cultivos que antes não eram possíveis.

O trabalho cada vez mais variado não podia ser realizado por uma única pessoa, assim começou a segunda grande divisão social do trabalho: a separação entre artesanato e agricultura. Separação que permitiu a produção diretamente para a troca, produção mercantil que já não se restringia as fronteiras das tribos, o comércio já atravessava os mares. Agora além da diferença entre escravos e homens livres, veio somar-se a diferença entre pobres e ricos (já que a diferença de riqueza entre chefes de família era crescente), e com isso se consolidou a propriedade privada como forma de organização da produção da vida dos homens, a família individual passou a ser a unidade econômica da sociedade, qualquer vestígio de comunismo primitivo foi destruído. Em essência isto representa que a troca entre produtores individuais passa a ser a categoria de necessidade vital da vida dos homens em sociedade. Os homens não conseguem mais sobreviver a não ser por meio do trabalho de outrem.

Este desenvolvimento adquirido pela humanidade tornou totalmente caduco, antes mesmo da troca se consolidar como categoria fundamental da vida humana, a organização da sociedade baseada na gens, a sociedade dividida em classes necessitava de uma nova forma de organização: o Estado. Com a criação da sociedade dividida em classes o Estado é a explicitação de que a sociedade entrou em contradição consigo mesma e está transpassada por conflitos que não pode conciliar dentro da estrutura de classes. Para que as classes não destruam uma a outra e assim toda a sociedade, é necessário um poder colocado aparentemente acima delas, que funciona para manter o conflito limitado nos contornos da “ordem”.

Assim sendo,

[...] a força de produção, o estado da sociedade e a consciência [os três momentos elementares da vida humana], podem e têm de cair em contradição entre si, porque com a *divisão do trabalho* está dada a possibilidade, mais, a realidade de a atividade espiritual e a atividade material, a fruição e o trabalho, a produção e o consumo caberem a indivíduos diferentes; e a possibilidade de não caírem em contradição reside apenas na superação da divisão do trabalho. (MARX; ENGELS, 2009, p. 46)

Ou seja, a contradição da sociedade está totalmente ancorada na divisão social do trabalho que no seu desenvolvimento, ao aumentar a produtividade do trabalho e possibilitar a obtenção de um excedente passível de apropriação privada, cria classes antagônicas.

Se não se atinge certo grau de produtividade do trabalho, não sobra tempo ao trabalhador para produzir além da subsistência; sem esse tempo de sobra, não haveria capitalistas, nem donos de escravos, nem barões feudais, em suma, nenhuma classe de grandes proprietários. [...] Só depois que os homens ultrapassam sua condição de animal e socializam até certo ponto seu trabalho é que surgem condições em que o trabalho excedente de um se torna condição de existência de outro. (MARX, 2006, p. 580)

Que fique claro, o desenvolvimento real da própria sociedade cria as classes, que por sua vez movem-se segundo seus interesses materiais concretos, dando características de classe ao próprio desenvolvimento da humanidade, os conflitos entre as classes antagônicas passam a mover o mundo: “a história de todas as sociedades que já existiram é a história da luta de classes” (MARX; ENGELS, 2006, p. 9); desta forma, o pensamento humano que cria representações das classes em um conceito não cria absolutamente nada além do próprio conceito. Classes antagônicas não no sentido vulgar e unilateral, onde o que existe é somente a expropriação de uma classe por outra, mas antagônicas no sentido dialético, onde uma só existe em função da outra e a existência da relação entre as duas é o que garante a reprodução material dos homens dentro de certo momento histórico determinado.

Obviamente, devido ao fato da sociedade ininterruptamente desenvolver a divisão social do trabalho, desenvolver a sua forma de mediação consigo mesma, desenvolver o modo de produção da existência humana, e ao mesmo tempo as classes antagônicas permanecerem ossificadas no seio da sociedade, mantendo as formas de intercâmbio<sup>3</sup> da sociedade praticamente inalteradas, essa estrutura de classe tem de ser modificada por meio de revoluções de caráter violento. E a revolução só ocorre porque o desenvolvimento do modo de

---

<sup>3</sup> Relações de intercâmbio que tem sua forma material como fundamental, donde derivam as outras formas de relação, seja política, religiosa, etc. Relações que pertencem à individualidade dos indivíduos – não que essa individualidade não seja determinada socialmente –, a maneira como os indivíduos encaram a sociedade, reproduzem suas vidas individuais, como se relacionam com os produtos indispensáveis para seu sustento, com seus iguais, com suas representações mistificadas do real, com sua forma de entretenimento, e tudo o que possa compor a vida de um ser humano.

produção antigo criou as condições para a sua própria superação, a atividade humana faz surgir das entranhas da sociedade velha a nova forma de organização dos homens.

Ou seja, as relações de intercâmbio entre os homens da sociedade que está morrendo tornam-se um entrave ao desenvolvimento das forças produtivas da nova sociedade nascente, e a luta da nova sociedade contra a velha só adquire existência real na luta entre interesses de classe concretos que representam o novo, contra interesses de classe concretos que representam o velho. O novo modo de produção entra em total antagonismo com as relações de intercâmbio existentes, fazendo de uma ruptura radical uma necessidade peremptória para recolocar a humanidade em seu “caminho”. A Revolução desta maneira aparece como uma atividade tão humana quanto qualquer outra, como o simples ato de respirar ou produzir alimentos. Não apenas tão humana quanto as outras atividades, mas também a mais sublime das atividades nos momentos em que as relações sociais tornaram-se um entrave para o desenvolvimento da própria humanidade. Isso é tão verdadeiro que até hoje os grandes homens que expressaram a síntese das Revoluções de sucesso da humanidade tem seus nomes cobertos por louros.

Essas diferentes condições, que surgiram primeiro como condições da autoatividade e mais tarde como grilhões, formam em todo o desenvolvimento histórico uma série conexas de formas de intercâmbio, cuja conexão reside que no lugar da forma de intercâmbio anterior, tornada um grilhão, é posta uma nova forma de intercâmbio que corresponde a forças produtivas mais desenvolvidas – e, assim, ao tipo mais avançado de autoatividade dos indivíduos – e que, à *son tour* [por sua vez – francês] de novo se torna um grilhão e será substituída por outra. Como, em todas as etapas, essas condições correspondem ao desenvolvimento simultâneo das forças produtivas, a sua história é, pois, ao mesmo tempo, a história das forças produtivas em desenvolvimento herdadas por cada nova geração e, desse modo, a história do desenvolvimento das forças dos próprios indivíduos. (MARX; ENGELS, 2009, p. 101)

Aqui não quer se cair no simplismo de imaginar que toda Revolução só ocorre no momento exato em que uma forma de organização social, de relação social, entra em contradição irrevogável com a base material que lhe dá sustento. Em princípio, uma Revolução abarca diversos momentos secundários, várias formas de colisões entre as classes que não sejam o confronto aberto e irrevogável, como a luta ideológica, a luta política, a luta entre setores de classes que não sejam os irremediavelmente antagônicos etc. Também não se faz necessário que as contradições da sociedade tenham sido levadas ao seu ponto de distensão para que ocorram sublevações sociais. O simples fato do antagonismo de classe

existir coloca problemas de caráter secundário<sup>4</sup> que não podem ser resolvidos a não ser através de rebeliões, revoltas e outras formas de luta, que no seu desenvolvimento podem desencadear Revoluções. Entretanto, em última instância, o que assegura a vitória da Revolução é a base material que foi erigida durante o período anterior, em síntese, o grau de desenvolvimento das forças produtivas serem compatíveis ou não com as novas formas de intercâmbio que foram lançadas pelas forças revolucionárias. Paro por aqui o tema da Revolução social, mesmo correndo o risco de ser simplista, tema complexo como é, merece um estudo completo, e não apenas alguns parágrafos.

Fica claro que a forma como os homens produzem suas próprias vidas, o modo de produção de suas vidas, determina a forma como se relacionam entre si, é fácil notar como a relação dos homens entre si na sociedade gentílica é totalmente diferente da relação dos homens entre si na sociedade mercantil. Entretanto, que não haja engano, só é possível falar em um modo de produção que determina a relação entre os homens quando se tem absoluta clareza de que este modo de produção é um produto eminentemente humano, criado pelos homens. Qualquer tentativa de cristalizar um modo de produção ou tratá-lo como um *deus ex machina* é totalmente estéril e passa longe de ser uma abordagem realmente científica, nada mais representando do que o mero determinismo vulgar. Ou como diz Kosik:

[...] também a totalidade de base [modo de produção] e superestrutura [forma que os homens relacionam-se entre si] permanece abstrata se não se demonstra que é o homem, como *sujeito histórico real*, que no processo social de produção e reprodução cria a base e a superestrutura, forma a realidade social como totalidade de relações sociais, instituições e idéias; e nesta criação da realidade social objetiva cria ao mesmo tempo a si próprio, como ser histórico e social, dotado de sentidos e potencialidades humanas, e realiza o infinito processo de “humanização do homem”. (KOSIK, 1976, p. 51)

O que se quer demonstrar aqui, de maneira cabal, é que a história é feita por indivíduos reais segundo condições reais herdadas das gerações passadas. Mostrar que a história não é a mera passagem do tempo, não é a mera seqüência de fatos; entender que falar sobre a história não é fazer mera historiografia, a compreensão da história não consiste em apenas contá-la às novas gerações. A história não tem um *sentido*, uma *razão*, o sentido da história é construído no seu desenrolar, construído pelos próprios homens – não como querem, mas como podem, sob determinadas condições – que ao se desenvolverem, ao

---

<sup>4</sup> A fome, por exemplo, durante toda a história da humanidade dividida em classes, apesar de não ser elemento central do antagonismo de classes, é um efeito colateral, um elemento secundário deste antagonismo que não pode ser resolvido, assim sendo, desencadeou nesta história as sublevações mais violentas e destrutivas, que muitas vezes acabaram desencadeando revoluções.

produzirem sua subsistência e os meios para garantir sua subsistência, colocam a sua marca na matéria, modificam a matéria em seu favor, legando às futuras gerações condições materiais de existência novas, que como visto acima mudam a própria subjetividade dos homens, seu modo de conceber a realidade. O único sentido da história é o do homem explicitar a si mesmo em sua atividade de auto-criação.

[...] são os homens que desenvolvem a sua produção material e o seu intercâmbio material que, ao mudarem essa realidade, mudam também o seu pensamento e os produtos do seu pensamento. Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência. [...]

Esse modo de consideração não é destituído de pressupostos. Parte dos pressupostos reais e nem por um momento os abandona. Os seus pressupostos são os homens, não num qualquer isolamento ou fixidez fantásticos, mas no seu processo perceptível empiricamente, de desenvolvimento real e sob determinadas condições. Assim que esse processo de vida ativo é apresentado, a história deixa de ser uma coleção de fatos mortos – como o é para os empiristas, eles próprios ainda abstratos –, ou uma ação imaginada de sujeitos imaginados, como para os idealistas. (MARX; ENGELS, 2009, p. 32)

Assim, “Destino”, “acaso”, “deuses”, “mão invisível”, “poder”, ou qualquer outra “muleta metafísica” usadas para se explicar a história são apenas isto: “muletas metafísicas”, que servem para sustentar apreensões parciais ou equivocadas da realidade, servem para preencher os pontos obscuros da reprodução no pensamento da matéria apreendida. Muletas que colocadas no campo da história perdem seu sentido e evidenciam seu irracionalismo e insuficiência. Os aspectos metafísicos são assim de fundamental importância para o pensamento idealista garantir que exista na história – onde reina o caos das ações individuais dos homens, onde não há garantia alguma de que o “bem” vencerá o “mal” – uma racionalidade. O que o idealista não entende é que a “racionalidade” da história muda de acordo com a base material historicamente construída pelos homens. Onde o que ontem era veementemente condenado como a usura, que o diga o judeu Shylok, hoje é adorado como o banqueiro que tem “responsabilidade social”, é o que mostra a “respeitabilidade” da família Setúbal e seu instituto “Itaú Cultural”.

Tudo isto quer dizer que as coisas, as criaturas humanas, somente sobrevivem na história enquanto os homens dão sentidos a elas, enquanto são necessárias para a produção e reprodução da vida dos homens de acordo com certo estágio do desenvolvimento das forças produtivas. O latim, a partir do momento que deixou de ser útil para a vida dos homens deixou de ser falado, sobrevive apenas em círculos restritos e anacrônicos, a organização política da sociedade gentílica a partir do momento que não conseguia mais resolver as contradições criadas pelo aumento da envergadura da divisão do trabalho deu lugar ao Estado.

Assim, a própria leitura materialista de Marx deve ser feita não no sentido de apropriar-se de “suas” categorias pura e simplesmente – o que não passa de um ato extremamente idealista –, mas sim de entender o porquê dos homens reais se apropriarem de Marx ainda hoje; o porquê dos homens reais verem sentido para sua vida na obra de Marx. Somente a partir daí é possível entender no que consiste a obra marxiana.

Numa sociedade que é construída a partir da prática revolucionária humana, a própria verdade não pode ser entendida como coisa objetiva e estática. Ela só existe na história, só ganha sentido dentro da história, só adquire “veracidade” quando os homens lhe dão veracidade, a verdade não existe *a priori* em relação à história, e só pode ser apreendida enquanto prática revolucionária. Também a verdade, com sua roupagem metafísica e idealista, deve ser desnudada, vista em sua beleza estética natural, vista como produto da própria atividade humana, como processo de construção, como processo de humanização do homem na história.

Nenhuma época histórica é, em absoluto, *apenas* uma passagem para um outro estágio, assim como nenhuma época se eleva acima da história. A tridimensionalidade do tempo se desenvolve em *todas* as épocas: se agarra ao passado com os seus pressupostos, tende para o futuro com as suas conseqüências e está radicada no presente pela sua estrutura. (KOSIK, 1976, p. 217)

E se, em primeiro lugar, o homem como criador da história é o que faz com que ela exista, em segundo lugar, ela só pode existir se existir uma continuidade material da vida dos homens, só pode existir pelo fato do homem humanizar a natureza e humanizar a si mesmo neste ato, fazer da natureza objeto de si e para si, plasmar-se na matéria:

A interna conexão da práxis objetivante e objetivada da humanidade, denominada substância, espírito objetivo, cultura ou civilização, e interpretada na teoria materialista como histórica unidade das forças produtivas e das condições de produção, cria a “razão da sociedade, que se pode realizar historicamente, é independente de cada indivíduo em particular e, por conseguinte, é superindividual, mas existe realmente *apenas através* da atividade e da razão dos *indivíduos*. A substância social objetiva sob o aspecto das forças produtivas materializadas, da linguagem e das formas de pensamento, é *independente* da vontade e da consciência dos indivíduos, mas existe somente por meio da sua atividade, do seu pensamento e linguagem. [...] Comparada com a finitude da vida humana, a *práxis* objetivante e objetivada da humanidade personifica a *eternidade* do homem. [...] Os homens ingressam na situação dada independentemente da sua consciência e vontade, mas, tão logo “se acham” dentro da situação, a transformam. A situação dada não existe sem o homem, nem os homens sem a situação. (KOSIK, 1976, p. 218-219)

Desta forma os homens fazem a história sem se dar conta disso, pelo contrário, na sua consciência parece que são única e exclusivamente produtos dos desígnios da História, acham



que são meros instrumentos dos deuses (seja de que religião for) ou de qualquer outra força metafísica que sejam capazes de inventar. Quando pensam que realmente são senhores das suas vidas, que escolhem seus caminhos, que fazem sua própria história, apenas escolhem entre as coisas que o mundo dado lhes apresenta como possibilidades reais. Enquanto indivíduos isolados os homens vivem vidas automatizadas, servem a uma organização social maior, que dá sentido existencial a suas vidas prosaicas, faz com que pensem que tem alguma autonomia dentro do que está previamente automatizado. Assim, se por um lado o homem faz a história enquanto sujeito social, por outro lado, enquanto sujeito individual, é apenas um “joguete” da história humana; o homem é unidade de práxis objetivante e objetivada. Além do que, esta unidade da história faz com que os homens a mistifiquem, achando que a história anterior teve a única finalidade de ser a ante-sala da história posterior, não compreendem que se existiu uma finalidade em um período histórico, esta finalidade foi construída pelos homens reais que atuaram neste período histórico segundo seus próprios interesses, finalidade dotada de sentido única e exclusivamente para estes homens reais.

Se, por exemplo, a América Latina foi colonizada pelos espanhóis e portugueses, isto não se deveu às necessidades da acumulação primitiva de capital, mas sim ao fato do comércio e da exploração dos produtos tropicais serem extremamente rentáveis para os capitalistas mercantis do período. Obviamente que a centralização de capital operada, centralização da riqueza na mão dos mercadores, contribuiu para a consolidação do modo de produção capitalista, já que essa riqueza podia ser investida nos grandes empreendimentos industriais, mas não ocorreu no sentido de determinar a ação dos saqueadores de nosso continente. Os homens reais dos períodos posteriores com seu senso comum (aqui entra também a ciência burguesa), só conseguem dar sentidos próprios de seu período para as atitudes do passado, chegam assim ao absurdo de ver no comunismo das sociedades primitivas os interesses individualistas da sociedade atual, o que leva a completa incompreensão do passado. Como disseram Marx e Engels:

A história não é senão a sucessão das diversas gerações, cada uma das quais explora os materiais, capitais, forças de produção que lhe são legados por todas as que a precederam, e que por isso continua, portanto, de um lado, em circunstâncias completamente mudadas, a atividade transmitida, e por outro modifica as velhas circunstâncias com uma atividade completamente mudada, o que permite a distorção especulativa de fazer da história posterior a finalidade da anterior, por exemplo, colocar como subjacente ao descobrimento da América a finalidade de proporcionar a eclosão da Revolução Francesa [...]. (MARX: ENGELS, 2009, p. 53)

Desta maneira, o único ponto de vista que se apresenta como possível para o entendimento do homem é o ponto de vista histórico, que não se agarra à *finitude* dos homens apresentados como indivíduos, mas sim à *eternidade* da obra humana, que tem sua origem na práxis objetivante e objetivada do homem. Copiando Machado de Assis, o único ponto de vista possível é o do *defunto autor*, não o do *autor defunto*, o ponto de vista da humanidade, não das relações sociais de determinado período histórico. E aqui, Machado, um “literato”, aclamado pela própria burguesia, liquidou a ciência burguesa de forma exuberante, sem ela nem ao menos perceber, o que não é de se espantar tendo em vista a ignorância crônica de seus representantes.

Entretanto, não se pode cair na ilusão de que existe um ponto de vista da humanidade (da eternidade da obra humana) com caráter metafísico, sem um veículo material de propagação. Este ponto de vista só pode surgir a partir dos interesses concretos dos homens reais, e não de quaisquer homens reais, mas sim a partir dos interesses materiais do proletariado moderno, proletariado produto histórico da própria sociedade burguesa. Única classe historicamente capaz de colocar a humanidade em “harmonia” consigo mesma, de colocar o homem em identidade com o homem.

Agora cabe a investigação do porquê do homem fazer sua história e não conseguir se reconhecer nela, o porquê do homem buscar no metafísico a explicação de sua vida, o porquê da vida aparecer como tirana perante o homem, seu único criador, o porquê da vida ser uma “roda-viva<sup>5</sup>”.

---

<sup>5</sup> *Tem dias que a gente se sente  
Como quem partiu ou morreu  
A gente estancou de repente  
Ou foi o mundo então que cresceu  
A gente quer ter voz ativa  
No nosso destino mandar  
Mas eis que chega a roda-viva  
E carrega o destino pra lá  
Roda mundo, roda-gigante  
Roda-moinho, roda pião  
O tempo rodou num instante  
Nas voltas do meu coração.  
(Chico Buarque, Roda-Viva)*

## 4. O MUNDO DAS APARÊNCIAS E A PRÁXIS UTILITÁRIA

O que nos aparece hoje como realidade sensível não é fruto do acaso, dos deuses, do Destino, ou de qualquer outra força metafísica. A realidade sensível é produto única e exclusivamente dos homens em sua atividade prático-sensível. Colocando as coisas de outra maneira, produto dos homens que atuaram e atuam na produção de suas próprias vidas, na produção de sua própria existência. Entretanto, os homens atuam na produção de suas vidas sem ao menos perguntarem-se o que é esta vida. Movem-se como se estivessem vivendo situação extremamente natural e comum, orientados por interesses em grande medida prosaicos e mesquinhos. Vivem sem ao menos terem escolhido suas vidas, sem nunca terem escolhido seus interesses. Vivem sob o jugo cruel da “roda-viva” que lhes arranca sonhos e planos, não de maneira brusca e cinematográfica, mas de maneira lenta, silenciosa e pernicioso, onde a miséria humana real não caberia nas telas das superproduções hollywoodianas, mas sim nas linhas do “Artista da fome” de Kafka.

Aqui vem a pergunta fundamental: que realidade é esta que o criador aparece subjogado por sua criatura, que o homem domina a natureza e ao mesmo tempo vive na miséria de sua existência? Os homens se postam diante da realidade não através de uma atitude investigativa, indagando-se o que são as coisas que lhe servem de meio para efetivarem suas vidas. Agem de maneira utilitária, vendo nestas coisas apenas o efeito útil que podem proporcionar, um homem usa uma cadeira para sentar, descansar seu corpo cansado, e para sentar não precisa em absoluto ter conhecimento sobre como a cadeira foi produzida, de que modo foi adquirida, se através da compra, o que representa a relação dinheiro/cadeira, no que consistem quimicamente os materiais utilizados na constituição da cadeira, porque a cadeira fica em pé e não voando, e uma infinidade de outras questões que podem ser levantadas.

E desta atitude utilitária, prático-sensível, perante a realidade, os homens criam formas de representações práticas sobre o que vivem. Desta forma, cada indivíduo ou grupo de indivíduos particular cria todo um sistema de relações e noções das coisas que lhe são úteis baseados apenas no aspecto fenomênico parcial e utilitário destas coisas, ou seja, apreendem apenas a aparência dos fenômenos da realidade. Apreendem o real apenas por um lado, de maneira incompleta, apenas sob determinado aspecto fenomênico, sob determinada utilidade. E aqui nossa pergunta anterior fica resolvida: o mundo miserável da existência humana não é

outro senão o mundo das aparências. É importante ter em mente que essa forma de apreensão da realidade não é de modo algum equivocada ou errônea, já que de certa forma, as turras, garante a reprodução da vida dos homens. Mas é parcial e incompleta, já que aborda coisas complexas segundo um ponto de vista simplista e utilitário. “O mundo da pseudoconcreticidade [expressão dada por Kosik ao que chamo aqui de mundo das aparências] é um claro-escuro de verdade e engano” (KOSIK, 1976, p. 11). Nas palavras de Drummond:

*A porta da verdade estava aberta,  
mas só deixava passar  
meia pessoa de cada vez.*

*Assim não era possível atingir toda a verdade,  
porque a meia pessoa que entrava  
só trazia o perfil de meia verdade.  
E sua segunda metade  
voltava igualmente com meio perfil.  
E os meios perfis não coincidiam.*

*Arrebentaram a porta. Derrubaram a porta.  
Chegaram ao lugar luminoso  
onde a verdade esplendia seus fogos.  
Era dividida em metades  
diferentes uma da outra.*

*Chegou-se a discutir qual a metade mais bela.  
Nenhuma das duas era totalmente bela.  
E carecia optar. Cada um optou conforme  
seu capricho, sua ilusão, sua miopia.  
(Drummond, Verdade)*

Desta forma, a coisa aparece aos homens de maneira acabada, passível de manipulação, impossível de ser entendida em seu desenvolvimento histórico com base na práxis utilitária. O que é fruto de várias gerações produzindo suas existências, fruto da atividade humana sensível, aparece aos homens em seu dia a dia como meros objetos sensíveis, e aqui está o segredo, o que é atividade humana, aparece como coisa a ser manipulada de acordo com a forma de funcionamento de determinado período histórico, o que é processo de libertação aparece como forma de escravizar os homens a determinada forma de vida. O homem maneja as coisas, mas de modo algum consegue compreendê-las em sua essência. Nem de longe, a práxis utilitária dos homens individuais historicamente determinados se assemelha à práxis revolucionária da humanidade. Assim sendo, a aparência das coisas – a representação que o senso comum associado à práxis utilitária lhes dá – de

modo algum coincide com a sua essência oculta, cabendo à ciência o papel de desvendar os mistérios.

“À forma aparente, [...] em contraste com a relação essencial que ela dissimula, [...] podemos aplicar o que é válido para todas as formas aparentes e seu fundo oculto. As primeiras aparecem direta e espontaneamente como formas correntes do pensamento; o segundo só é descoberto pela ciência.” (MARX, 2006, p. 622)

E a forma acabada não rege a vida apenas dos homens “comuns”, também a ciência burguesa, que tem nos economistas seu laçaió de maior pompa e renome, foi “fiscada” pela forma acabada, teorizando sobre coisas inumanas, vendo na taxa de juros, no crédito, na demanda agregada etc., apenas objetos sensíveis, não entendendo nessas “variáveis macroeconômicas” a atividade humana sensível historicamente determinada. E ao fazerem isto, não conseguem fazer nada mais que uma simplória sistematização do mundo das aparências, que tem como única finalidade a legitimação do que existe como eterno. Pobres economistas!

O empirismo, associado à forma da ciência burguesa encarar o mundo, é desta maneira totalmente insuficiente, já que não dá conta de explicar este aparente paradoxo da realidade humana – paradoxo decorrente do próprio caráter da práxis humana. Como apenas descreve a seqüência dos fatos ocorridos, não consegue entender qual o elemento fundamental que move essa “seqüência de fatos”. Como está preso ao senso comum da práxis utilitária, não consegue entender que a única forma de apreender o movimento histórico real da humanidade, sua práxis revolucionária, é colocar-se ele também no terreno da práxis revolucionária da humanidade. Desta forma, a mera contemplação não é suficiente para o entendimento da realidade, já que a realidade não é mera contemplação, mas sim todo em movimento, movimentado pela atividade humana. E a única maneira de entender o real é transformando-o, sair da práxis utilitária e entrar na práxis revolucionária. “Os filósofos apenas *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo” (MARX; ENGELS, 2009, p. 122).

Ao falar de maneira despreocupada de nossos economistas “autores defuntos”, chegamos num ponto nevrálgico da questão do mundo das aparências e da práxis utilitária: esta práxis é historicamente determinada. Como demonstra Kosik:

[...] Marx pôde escrever que aqueles que efetivamente determinam as condições sociais se sentem à vontade, qual peixe n’água, no mundo das formas fenomênicas desligadas da sua conexão interna e absolutamente incompreensíveis em tal isolamento. Naquilo que é intimamente contraditório, nada vêem de misterioso; e

seu julgamento não se escandaliza nem um pouco diante da inversão do racional e irracional. A *práxis* de que se trata neste contexto é historicamente determinada e unilateral, é a *práxis* fragmentária dos indivíduos, baseada na divisão do trabalho, na divisão da sociedade em classes e na hierarquia de posições sociais que sobre ela se ergue. (KOSIK, 1976, p. 10)

Desta forma a *práxis* utilitária adquire a forma de determinado período histórico e serve a determinado período histórico com sua forma de organização social, falando mais acertadamente, com seu modo de produção específico. O homem aparece como engrenagem de um sistema maior, aparece ele também como coisa, passível de manipulação, como instrumento que dá sustentação a determinada forma de organização social. E assim, o senso comum associado ao mundo das aparências não consegue atingir a essência dos processos reais, a conexão interna que une a totalidade dos processos da vida dos homens, o mundo para o senso comum é o caos do todo desmembrado. Não entende que ele próprio, o senso comum, é útil à manutenção de determinada forma de organização social.

Ou seja, ao criar uma série de representações sobre a *práxis* utilitária da vida quotidiana, o senso comum é útil a manutenção da organização social tal como se encontra estabelecida. Assim, as representações do mundo favoráveis à classe dominante de certa sociedade se apresentam como idéias dominantes dentro da sociedade. Fazendo com que os pensadores de um período que sistematizem o interesse da classe dominante constituam-se enquanto elite intelectual, que tem suas idéias aceitas e colocadas em prática pelas instituições que detém o poder da ação. E enquanto estes “célebres” pensadores, dedicados à apologética, geralmente levam uma vida medíocre e contentam-se com prêmios e honras das mais variadas, a classe dominante aproveita sua vida da maneira mais torpe e mesquinha, isso quando o que acontece não é a “promiscuidade” dos membros da própria classe dominante dedicarem-se a atividade intelectual.

As idéias da classe dominante são, em todas as épocas, as idéias dominantes, ou seja, a classe que é o poder *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios para a reprodução material dispõe assim, ao mesmo tempo, dos meios para a produção espiritual, pelo que lhes estão assim, ao mesmo tempo, submetidas em média as idéias daqueles a quem faltam os meios para a produção espiritual. As idéias dominantes não são mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como idéias; portanto, das relações que tornam dominante uma classe, portanto as idéias de seu domínio. Os indivíduos que constituem a classe dominante também têm, entre outras coisas, consciência, e daí que pensem; na medida, portanto, em que dominam como classe e determinam todo o conteúdo de uma época histórica, é evidente que o fazem em toda a sua extensão e, portanto, entre outras coisas, dominam também como pensadores, como produtores de idéias, regulam a produção e a distribuição de idéias do seu tempo; que, portanto, as suas idéias são as idéias dominantes de uma época. (MARX; ENGELS, 2009, p. 67)

Fica agora a questão de investigar quais são as características fundamentais do modo de produção que vivemos hoje, como ele se apresenta fenomenicamente aos nossos olhos e, ao nos colocarmos no terreno da práxis revolucionária humana, procurarmos apreender seu caráter histórico e finito, destruindo desta forma o mundo das aparências que o cerca e adentrando em sua essência oculta.

## **5. MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E SOCIALIZAÇÃO DA HUMANIDADE**

### **5.1 Transição da sociedade mercantil para a sociedade capitalista**

Meios de produção e meios de subsistência, dinheiro e mercadoria não são em si mesmos capital. Uma mercadoria pode ser produzida por um trabalhador proprietário de seus meios de produção, um artesão, por exemplo, vendida por seu valor (quantidade de trabalho socialmente necessária para sua produção), e com o dinheiro advindo da venda o trabalhador pode comprar seus meios de subsistência e os meios de produção necessários para substituir os que foram desgastados. O capital não aparece aqui em nenhum dos atos de nosso artesão, que de imaginário não tem nada, já que era justamente isso que ocorria na sociedade mercantil pré-capitalista, onde o capital – tanto o comercial quanto o usurário – só atuava nos poros da sociedade. E a lei do valor era a lei que regia a relação mais fundamental desta sociedade: as trocas.

Uma mercadoria, antes de tudo, é uma coisa produzida pelos homens para a satisfação de suas necessidades, seja a necessidade fisiológica de comer ou a necessidade fantasiosa de alimentar-se da palavra do senhor<sup>6</sup>. A utilidade da mercadoria faz dela um valor-de-uso, que é determinado pelas próprias características imanentes da mercadoria, uma faca é utilizada para cortar por possuir faculdades inerentes de corte, um tapete confere conforto aos joelhos do muçulmano que reza em direção à Meca. “Esse caráter da mercadoria não depende da quantidade de trabalho empregado para obter suas qualidades úteis. [...] O valor-de-uso só se realiza com a utilização ou o consumo. Os valores-de-uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social dela” (MARX, 2006, p. 58)

Na sociedade descrita anteriormente, que se emancipou da vida primitiva dos homens presos as tribos, já não mais baseada na propriedade comum dos meios de produção, mas sim na propriedade privada, a troca entre produtores individuais passou a ser a relação fundamental da existência dos seres humanos. Um homem só se produz e reproduz enquanto homem através do trabalho de outro homem. O sapateiro só vive por comprar o pão produzido

---

<sup>6</sup> “[...] Escrito está: Não só de pão vive o homem, mas de toda a palavra que sai da boca de Deus” (Mt. 4. 4) Os vendedores de bíblia e os pastores até hoje agradecem a Jesus Cristo por suas sábias e lucrativas palavras.



pelo padeiro, e o padeiro, por sua vez, só subsiste ao comprar o sapato feito pelo sapateiro. Desta maneira, os valores-de-uso do pão e do sapato – alimentar e dar conforto – só se realizam através da troca, ou seja, nesta sociedade, os valores-de-uso são os veículos materiais do valor-de-troca.

Em princípio, o valor-de-troca só existe na relação quantitativa entre mercadorias de valores-de-uso diferentes, o que confere ao valor-de-troca o caráter inicial de algo causal e relativo, imanente à mercadoria. Entretanto, qualquer coisa para ser comparada a outra deve apresentar alguma característica comum a ambas, alguma característica que por sua vez pode ser distinguida das mercadorias, que seja qualitativamente distinta. “As duas coisas são, portanto, iguais a uma terceira, que, por sua vez, delas difere. Cada uma das duas, como valor-de-troca, é reduzível, necessariamente, a essa terceira.” (MARX, 2006, p. 59) Esta coisa comum não pode de maneira alguma ser uma qualidade material das mercadorias, suas qualidades materiais somente fazem delas valores-de-uso. “Como valores-de-uso, as mercadorias são, antes de mais nada, de qualidade diferente; como valores-de-troca, só podem diferir na quantidade, não contendo, portanto, nenhum átomo de valor-de-uso.” (MARX, 2006, p. 59)

Ao “desaparecer” o valor-de-uso da mercadoria, sobra a ela ser produto do trabalho humano. Ela não é mais pão ou sapato, desapareceram suas especificidades materiais, e da mesma maneira, o trabalho do padeiro ou do sapateiro não é mais trabalho útil a determinado fim – produzir pão e sapato –, não é mais trabalho concreto, é somente trabalho humano abstrato. Assim, todas as mercadorias reduzem-se a uma única característica: ser produto de trabalho humano abstrato, ser dispêndio de energia humana, dispêndio de braços, pernas, cérebro, células etc.

Esses produtos passam a representar apenas a força de trabalho humana gasta em sua produção, o trabalho humano que neles se armazenou. Como configuração dessa substância social que lhes é comum, são valores, valores-mercadorias. (MARX, 2006, p. 60)

Assim sendo, a forma de medir a grandeza do valor de uma mercadoria é através da constatação do quantum de trabalho humano abstrato que esta mercadoria contém. E essa quantidade de trabalho pode ser medida através do tempo de trabalho despendido na produção de uma mercadoria. Mas não somente o tempo de trabalho gasto em determinada atividade produtiva, mas sim o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor-de-uso. “Tempo de trabalho socialmente necessário é o tempo de trabalho requerido para

produzir-se um valor-de-uso qualquer, nas condições de produção socialmente normais existentes e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho.” (MARX, 2006, p. 61) Somente assim, é possível que, digamos, 50 pães, produto de 4 horas de trabalho de um padeiro, possam ser trocados por um par de sapatos, também produto de 4 horas de trabalho do sapateiro, considerando que ambos produzam segundo as condições sociais médias de produção. E esta grandeza, o trabalho socialmente necessário, varia de acordo com as condições produtivas de determinado período, ou seja, a implementação de uma máquina, por exemplo, reduz o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de certa mercadoria.

Este último fato por sua vez decorre do duplo caráter do trabalho humano. O homem, ao trabalhar, ao mesmo tempo em que despende força de trabalho abstrata, aplica esta força segundo determinada forma concreta de trabalho. Tanto o padeiro quanto o sapateiro trabalham abstratamente, ambos após um dia de trabalho estão estafados, transferiram sua energia vital para a produção de pães e de sapatos. Entretanto, a atividade concreta do padeiro tem um caráter eminentemente diferente da do sapateiro.

Uma mudança na atividade concreta do padeiro, a introdução do rolo de amasso, por exemplo, altera a produtividade da panificação, altera o seu trabalho concreto, produz mais pães com o mesmo dispêndio de trabalho abstrato. O valor que antes se corporificava em 100 pães por dia de trabalho, agora, com a introdução do rolo de amasso, se corporifica em 150 pães em um dia. Nenhuma gota de trabalho abstrato foi acrescentada, o dispêndio de energia humana continua sendo o mesmo, somente o quantum individual de valor contido em cada produto diminuiu com o aumento da produtividade do trabalho concreto. Com isso, a sociedade onde reina a produção de mercadorias pode ter um acréscimo na sua riqueza material, 150 pães podem alimentar mais pessoas do que 100 pães, e ao mesmo tempo reduzir o valor contido nas mercadorias. E este movimento aparentemente contraditório decorre do duplo caráter do trabalho humano.

Todo trabalho é de um lado dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores-de-uso. (MARX, 2006, p. 68)

Desta maneira, a mercadoria é unidade indissociável de valor e valor-de-uso, e o trabalho que a produz unidade indissociável de trabalho abstrato e trabalho concreto. Assim, se por um lado, conter valor-de-uso é a característica do produto do trabalho de todas as

formas de sociabilidade já existentes do homem, indispensável à existência humana, por outro lado, o valor é característico da forma de sociedade onde os homens só se reproduzem através da troca, e desta maneira, a produção de mercadorias exige um relativo desenvolvimento da humanidade, uma produtividade suficiente para o homem libertar-se da vida tribal. “Conhecemos, agora, a *substância* do valor. É o trabalho. Conhecemos a *medida de sua magnitude*. É o tempo de trabalho. Resta analisar sua *forma*, o sinete que se imprime sobre o valor, o valor-de-troca.” (MARX, 2006, p.62)

A mercadoria só realiza sua existência social por meio da troca. Um produto que não é trocado simplesmente não é uma mercadoria, não possui valor, não é produzido com trabalho humano socialmente necessário. O valor só existe por meio de seu valor-de-troca, somente na troca é que o produtor individual efetiva sua existência social, a produção de verduras em uma horta doméstica para consumo próprio, nem de longe é regida pelas leis da produção de mercadorias. Uma mercadoria só reconhece a si mesma enquanto mercadoria na relação que estabelece com outra mercadoria através da troca, não que esta relação de troca crie o valor, mas antes essa relação é a única maneira do valor manifestar-se.

As mercadorias, recordemos, só encarnam valor na medida em que são expressões de uma mesma substância social, o trabalho humano; seu valor é, portanto, uma realidade apenas social, só podendo manifestar-se, evidentemente, na relação social em que uma mercadoria se troca por outra. (MARX, 2006, p.69)

O que acontece a mercadoria ocorre, de certo modo, ao ser humano. O homem se vê e se reconhece primeiro em seu semelhante, a não ser que já venha ao mundo com um espelho na mão ou como um filósofo fichtiano para quem basta “eu sou eu”. Através da relação com o homem Paulo, na condição de seu semelhante, toma o homem Pedro consciência de si mesmo como homem. Passa, então, a considerar Paulo – com pele, cabelos, em sua materialidade paulina – a forma em que se manifesta o gênero homem. (MARX, 2006, p. 74-75)

Entretanto, o escambo, a troca de pães por sapatos, é dominante apenas em sociedades onde a troca existe ainda de forma incipiente, ainda não é a relação indispensável para a produção da vida dos homens. Não que o escambo não exista ainda nos dias de hoje; existe, porém de forma esdrúxula e extremamente limitada. Com o desenvolvimento da divisão do trabalho, com o continuado processo de apropriação privada dos produtos do trabalho e a generalização da mercadoria como unidade fundamental da vida humana, a forma que o valor assume no processo de troca é a forma dinheiro, o valor-de-troca se apresenta sob a forma preço, e o desenvolvimento da forma do valor-de-troca representa o próprio desenvolvimento do valor, desenvolvimento da forma de trabalho dos homens.

Esta sociedade mercantil, onde a lei do valor, ou da troca de equivalentes, é a lei que rege a vida dos homens, de forma alguma é uma sociedade estática, nasce da própria falência da sociedade primitiva e se desenvolve continuamente. A divisão social do trabalho, como mostrado anteriormente, continua sendo a força propulsora do movimento. Mesmo a troca sendo a categoria fundamental da sociedade mercantil, ela só existe devido a um determinado estágio da indústria<sup>7</sup>, devido a um determinado desenvolvimento histórico da forma de produzir a existência da sociedade. Como visto anteriormente, o desenvolvimento da divisão do trabalho levou a separação entre artesanato e agricultura, e com esta divisão estabeleceu-se também a divisão entre cidade e campo<sup>8</sup>. Esta divisão entre cidade e campo não é nada mais que um aprofundamento da divisão entre o trabalho manual e o espiritual, ou seja, desenvolvimento do processo de humanização do homem.

A maior divisão do trabalho material e espiritual é a separação da cidade e do campo. A oposição entre a cidade e o campo começa com a transição da barbárie para a civilização, do sistema tribal para o Estado, da localidade para a nação, e estende-se através de toda a história da civilização até os nossos dias [...]. A cidade é imediatamente, de fato, a concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres, das necessidades, ao passo que o campo torna patente precisamente a realidade oposta, o isolamento e a solidão. A oposição entre cidade e campo só pode existir no quadro da propriedade privada. É a expressão mais crassa da subsunção do indivíduo à divisão do trabalho, a uma atividade determinada que lhe é imposta, uma subsunção que faz de um o idiota animal da cidade e, do outro, o idiota animal do campo, e que dia a dia de novo produz a oposição do interesse de ambos. (MARX; ENGELS, 2009, p. 74-75)

Com a cidade, surge pela primeira vez na história da humanidade o capital (não da forma como o conhecemos hoje), ou seja, a propriedade fundiária baseada nas relações de escravidão e servidão deixa de ser a única fonte da propriedade privada. Também o trabalho passado objetivado em meios de produção, seja ele materializado na bigorna do ferreiro ou na serra do serralheiro, passaram a ser fonte da propriedade privada. A terra<sup>9</sup> perde a sua exclusividade – não o seu domínio – como base da propriedade privada mercantil. É importante ter em vista que todo movimento dos homens tem por base o aumento da produtividade de seu trabalho, nesta sociedade, ainda determinado pela divisão social do trabalho, não é um movimento idealizado na cabeça de quem o analisa, é um movimento real, com implicações reais e que só pode ser apreendido de maneira materialista.

<sup>7</sup> Indústria entendida como atividade produtiva humana. A própria palavra “indústria”, em sua etimologia, vem do termo latino *industria*, que significava “atividade”.

<sup>8</sup> Não é a toa que as primeiras cidades da história da humanidade datam do início da Antiguidade.

<sup>9</sup> Por terra aqui se compreende todas as forças da natureza disponíveis ao homem sem o intermédio de seu trabalho, seja a própria terra para o plantio, uma cachoeira que move um moinho ou uma floresta virgem que oferece a madeira.

No início, as cidades eram constituídas pelos servos que se libertavam da vida no campo, tinham como propriedade apenas seu trabalho individual e uma ou outra ferramenta que traziam para seu ofício (um pequeno capital). As necessidades reais destes homens fizeram com que os mesmos unissem-se em corporações de ofício:

A concorrência dos servos fugidos que acorriam à cidade, a guerra permanente do campo contra as cidades e, com ela, a necessidade de um poder armado e organizado das cidades, o vínculo da propriedade comum de um determinado trabalho, a necessidade de edifícios comuns para a venda de suas mercadorias numa altura em que os artesãos eram, ao mesmo tempo, *commerçants* [comerciantes – francês], e a conseqüente exclusão destes edifícios dos que nada tinham a ver com a profissão, oposição dos interesses dos diferentes ofícios entre si, a necessidade de proteção do trabalho penosamente apreendido e a organização feudal de todo o país foram as causas da união dos trabalhadores de cada um dos ofícios em corporações. (MARX; ENGELS, 2009, p. 76)

Com o poder das corporações de ofício estabelecido, os novos servos que fugiam da gleba e se estabeleciam nas cidades eram impossibilitados de criar novos estabelecimentos produtivos. Os mestres das corporações submetiam a si estes novos servos, organizando-os segundo seus interesses. Os servos que não sabiam nenhuma atividade eram transformados em aprendizes dos mestres, numa relação patriarcal extremamente rígida, e os que já vinham do campo com algum conhecimento trabalhavam de forma assalariada por dia, porém sem nunca organizar-se entre si em contraposição ao poder dos mestres das corporações, já que o constante antagonismo entre campo e cidade os fazia unir-se às corporações de ofício em detrimento do poder que vinha do seu antigo opressor. E estes diaristas criaram a plebe das cidades.

O capital destas cidades tinha ainda um caráter “natural”, era constituído das ferramentas mais básicas para o desenvolvimento das atividades, a própria casa onde viviam os mestres de corporação era também seu ambiente de trabalho. Este capital só era transferível através da relação hereditária, como a troca ainda estava em seus estágios iniciais, a forma dinheiro do valor-de-troca ainda não era dominante, sendo assim o capital impossível de ser quantificado em dinheiro, o que lhe fazia estar eminentemente ligado ao trabalho particular de seu dono, era um capital de caráter estamental, estratificado, onde um marceneiro, por exemplo, possuidor dos meios de trabalho da marcenaria, era um escravo da marcenaria por toda sua vida. A divisão do trabalho dentro da corporação era extremamente incipiente, não existia conexão entre as cidades, a população era escassa e o nível das necessidades dos homens medíocre, assim, para ser mestre em uma atividade, o domínio completo desta atividade era necessário, “cada artesão medieval se entregava completamente ao seu trabalho,

mantinha com ele uma grata relação de servo e estava muito mais subsumido a ele do que o trabalhador moderno, ao qual o seu trabalho é indiferente.” (MARX; ENGELS, 2009, p. 79)

Com as atividades produtivas constituídas, uma nova divisão social do trabalho vem à tona, a divisão entre a produção e a circulação das mercadorias, que só poderia surgir com o desenvolvimento anterior da forma mercadoria. Esta divisão é a instauração de uma nova classe que não se ocupa da produção, mas sim exclusivamente da troca de produtos: os comerciantes. Esta nova classe possibilita a ligação entre as diferentes cidades, além da criação de novas cidades eminentemente comerciais. Estabelece-se assim um intercâmbio não só de mercadorias voltadas para a subsistência, mas também de ferramentas, e isso por sua vez expande a divisão social do trabalho que se transmuta numa divisão entre diferentes cidades especializadas em diferentes ramos de produção.

Essa nova classe comerciante, uma classe que traz intrinsecamente uma necessidade de expansão da riqueza, já que sua lógica de vida é o ato de comprar barato para vender caro<sup>10</sup>, muda qualitativamente a vida da sociedade até então existente. Com os comerciantes veio a forma dinheiro-metal do valor de troca, mercadoria que possui em forma potencial a capacidade de se apropriar de todas as outras mercadorias produzidas, forma com que o não produtor podia dominar o produtor direto da riqueza. Quem possuía esse dinheiro-metal (os comerciantes) passou a ser o dono do mundo da produção, já que podia se apropriar da produção de todos os homens.

Depois da compra de mercadorias por dinheiro vieram os empréstimos, com eles a usura, e conseqüentemente a classe dos usurários, proprietários do valor-de-troca na sua forma mais “pura”. A terra, com a dissolução da organização da sociedade baseada na gens, já era regida pelo regime de propriedade privada e, isso aliado ao fato do dinheiro-metal ter se generalizado, tornou a terra também passível de alienação, o que fez dela, ao lado das mercadorias, dos escravos e do dinheiro também uma fonte de riqueza alienável. Desta maneira:

A fortuna mercantil autônoma, como forma dominante do capital, é o processo de circulação que se torna autônomo perante seus extremos, e esses extremos são os próprios produtores que participam da troca. Esses extremos permanecem independentes do processo de circulação e vice-versa. O produto aí se torna mercadoria por meio do comércio. Aí o comércio que leva os produtos a se transformarem em mercadorias; não é a mercadoria produzida que, movimentando-se, forma o comércio. Aí, o capital mesmo aparece portanto primacialmente no

---

<sup>10</sup> A lógica de vida do comerciante (ou do capital mercantil, do qual o comerciante é expressão) é expressa pela fórmula  $D - M - D'$ , ou seja, comprar uma mercadoria por determinado valor-de-troca de um produtor individual, e vende-la a outro produtor individual que dela necessita por um valor-de-troca maior do que o de aquisição.

processo de circulação. É no processo de circulação que o dinheiro vira capital. É na circulação que produto se torna valor-de-troca, mercadoria e dinheiro. O capital pode e tem de formar-se no processo de circulação, antes de aprender a dominar seus extremos, os diferentes ramos de produção, ligados pela circulação. A circulação de dinheiro e a de mercadorias podem servir de intermediários a ramos de produção com as mais diversas organizações, essencialmente dirigidas, por sua estrutura interna, para a produção de valores-de-uso. (MARX, 2008, p. 438-439)

Assim sendo, esta nova classe revolucionária, só pode realizar sua lógica de vida,  $D - M - D'$ , ao apropriar-se do valor previamente produzido pelos produtores individuais, que ainda são regidos pela lógica do vender o produto de seu trabalho, para assim poder comprar os meios para a sua subsistência<sup>11</sup>. Por isso mesmo o capital mercantil é revolucionário, pois para realizar sua lógica de vida, ele precisa que se leve ao extremo a forma  $M - D - M$ , precisa que se produzam cada vez mais mercadorias, eleva à última potência a lei do valor, potencializa o processo de socialização da produção, precisa que se produza valor de maneira gigantesca para que possa apropriar-se deste valor. O capital mercantil, desta forma, busca expandir o tamanho do mercado, levar a produção em todas as partes do mundo a ser orientada pelo valor-de-troca, não sendo a toa que a época das grandes navegações é produto do desenvolvimento deste capital. Expande sua existência para as Américas, para a Índia, para a China e para a África, movido pelos interesses mais mesquinhos, profanos e mundanos, em busca do “vil metal”. E este foi o primeiro avanço em relação ao capital estamental, já que o capital do comerciante tem por essência a mobilidade, se assemelhando à propriedade do capital em seu sentido moderno.

Paralelamente e em decorrência do desenvolvimento do capital mercantil – que rompia o isolamento inicial das várias cidades e estabelecia um intercâmbio de mercadorias regular e bastante desenvolvido – começa a se formar a produção manufatureira, isto onde os ramos de produção já haviam rompido a organização corporativa da produção.

A manufatura, portanto, se origina e se forma, a partir do artesanato, de duas maneiras. De um lado, surge da combinação de ofícios independentes diversos que perdem sua independência e se tornam tão especializados que passam a constituir apenas operações parciais do processo de produção de uma única mercadoria. De outro, tem sua origem na cooperação de artífices de determinado ofício, decompondo o ofício em suas diferentes operações particulares, isolando-as e individualizando-as para tornar cada uma delas função exclusiva de um trabalhador especial. A manufatura, portanto, ora introduz a divisão do trabalho num processo

---

<sup>11</sup> Lógica expressa pela fórmula  $M - D - M$ , regida pela lei do valor. Lei, que por sua vez, ainda determina o modo de produção da vida dos homens, já que aqui o capital apenas se apropria do valor produzido por meio da circulação. “O desenvolvimento autônomo e preponderante do capital como capital mercantil significa que a produção não se subordina ao capital, que o capital, portanto, se desenvolve na base de uma forma social de produção a ele estranha e dele independente. O desenvolvimento autônomo do capital mercantil está, portanto, na razão inversa do desenvolvimento econômico geral da sociedade.” (MARX, 2006, p. 438)

de produção ou a aperfeiçoa, ora combina ofícios anteriormente distintos. Qualquer que seja, entretanto, seu ponto de partida, seu resultado final é o mesmo: um mecanismo de produção cujos órgãos são seres humanos. (MARX, 2006, p. 393)

Ou seja, de início a manufatura difere da atividade do artesão simplesmente por reunir em um mesmo local uma quantidade elevada de trabalhadores. Entretanto, o emprego desta elevada massa de trabalhadores não se fez do nada, é também um produto histórico. Como visto anteriormente, o processo de dissolução das relações feudais fazia com que um número cada vez maior de servos fugisse de seus antigos senhores e migrassem em direção as cidades, ao encontrarem um poder organizado que não lhes permitia executar seus ofícios, alguns passavam a alienar sua força de trabalho por dinheiro, aqui está a origem remota do proletariado moderno, a transformação da própria força de trabalho do trabalhador em mercadoria. O capital mercantil, por um lado, acelerou e muito a dissolução das relações feudais, o que potencializou a migração destes homens para as cidades e, por outro lado, centralizou o capital na forma dinheiro de maneira antes inimaginável, o que permitiu com que fosse possível o emprego de um grande número de trabalhadores sob o domínio de um mesmo capital, não é por acaso que os primeiros donos de manufaturas foram comerciantes.

O proprietário de um capital considerável, independentemente de sua origem, passa assim a empregar uma grande massa de trabalhadores assalariados, trabalhadores que só são passíveis de serem empregados porque historicamente foram expropriados de seus meios de produção. Antes disso, o número de pequenos empreendimentos, sejam artesanais ou camponeses, era bastante elevado, “em geral, o trabalhador e seus meios de produção permaneciam indissolúvelmente unidos, como o caracol e sua concha, e, assim, faltava a base principal da manufatura: a separação do trabalhador de seus meios de produção e a conversão desses meios em capital” (MARX, 2006, p. 414). Entretanto, este processo de separação dos trabalhadores de seus meios de produção foi levado a cabo, e teve como seu ator principal a força:

Chegado a certo grau de desenvolvimento, esse modo de produção [pequena indústria] gera os meios materiais de seu próprio aniquilamento. A partir deste momento, agitam-se no seio da sociedade forças e paixões que se sentem acorrentadas por ele. Tem de ser destruído e é destruído. Sua destruição, a transformação dos meios de produção individualmente dispersos em meios socialmente concentrados, da propriedade minúscula de muitos na propriedade gigantesca de poucos; a expropriação da grande massa da população, despojada de suas terras, de seus meios de subsistência e de seus instrumentos de trabalho; essa terrível e difícil expropriação constituiu a pré-história do capital. Ela se realiza através de uma série de métodos violentos [...]. A expropriação do produtor direto é levada a cabo com o vandalismo mais implacável, sob o impulso das paixões mais infames, mais vis e mais mesquinhamente odiosas. A propriedade privada, obtida



com o esforço pessoal, baseada, por assim dizer, na identificação do trabalhador individual isolado e independente com suas condições de trabalho, é suplantada pela propriedade capitalista, fundamentada na exploração do trabalho alheio, livre apenas formalmente. (MARX, 2006, p. 875-876)

Se o dinheiro, segundo Augier, “vem ao mundo com uma mancha natural de sangue numa de suas faces”, o capital, ao surgir, escorrem-lhe sangue e sujeira por todos os poros, da cabeça aos pés. (MARX, 2006, p. 873-874)

Aqui, antes de dar prosseguimento à exposição do período manufatureiro, se torna necessário uma investigação em relação ao processo de produção eminentemente capitalista.

## **5.2 Processo capitalista de produção e reprodução: lei do valor e superação da lei do valor**

Anteriormente, no início deste texto, tratou-se do trabalho humano em seus elementos simples e abstratos, sem levar em consideração a forma que este trabalho assume na sociedade capitalista.

O processo de trabalho, que descrevemos em seus elementos simples e abstratos, é atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais. Não foi, por isso, necessário tratar do trabalhador em sua relação com outros trabalhadores. Bastaram o homem e seu trabalho, de um lado. A natureza e seus elementos materiais, do outro. O gosto do pão não revela quem plantou o trigo, e o processo examinado nada nos diz sobre as condições que ele se realiza [...]. (MARX, 2006, p. 218)

Na sociedade capitalista, onde uma massa de pessoas só consegue sobreviver por meio da alienação de sua força de trabalho, onde o contato dos trabalhadores com os meios de produção só se faz através da intermediação dos proprietários dos meios de produção – os capitalistas –, o processo de trabalho assume uma forma qualitativamente diferente da anterior. O processo que antes era realizado pelo trabalhador individual, proprietário de seus meios de produção, agora só acontece por meio do capitalista, ou seja, o capital subjuga o trabalho, o trabalho pretérito acumulado apodera-se do trabalho presente. De início, na sociedade capitalista ainda pouco desenvolvida, o fato de o capitalista tornar-se senhor da produção não muda em nada o processo de trabalho anterior, ou seja, o capitalista de início

confronta-se com as condições que encontra, com as condições de produção ainda praticamente artesanais. Até mesmo o seu capital é produto do seu próprio esforço individual, do seu trabalho acumulado<sup>12</sup>.

Com o desenvolvimento desta sociedade, com a subordinação real do trabalho ao capital, as condições de trabalho mudam substancialmente. O processo de trabalho passa a acontecer entre mercadorias que o capitalista comprou, entre os meios de trabalho e a força de trabalho, ambos de propriedade do capitalista. Detenhamo-nos um pouco nesta mercadoria chamada força de trabalho. Através de um processo histórico de separação entre o trabalhador e seus meios de produção, a força de trabalho do homem passou a ser também indispensavelmente alienável, também ela foi submetida à lei das trocas, à lei do valor. O trabalhador em si não é uma mercadoria, isso ocorria na sociedade escravista, na sociedade burguesa ele é juridicamente livre, tem a “liberdade” jurídica de vender sua força de trabalho a quem bem quiser. Entretanto, materialmente essa liberdade não existe, já que se ele “escolher o prazer do ócio ao invés do trabalho<sup>13</sup>”, e assim não vender sua força de trabalho, o que lhe aguarda é a fome ou a morte por inanição. Ou seja, alienar a força de trabalho impõe-se ao trabalhador com a força de uma lei, da mesma forma que o homem não pode pular do alto de um prédio sem morrer, devido à lei da gravidade, também o homem despossuído dos meios de produção não pode ficar sem trabalhar. Aqui está a escravidão moderna!

Assim, a força de trabalho do trabalhador assume o caráter de mercadoria, e como mercadoria também possui valor, valor-de-uso e valor-de-troca. O valor-de-troca da força de trabalho é o salário, a forma que mistifica seu valor. O valor-de-uso é sua utilidade para o capitalista, ou seja, criar valor, não só valor, mas valor excedente, mais-valia, pois o capitalista só existe por criar um valor acima do valor que adianta, de bom samaritano não tem nada, só existe por tornar sua a lógica de existência a lógica que surgiu com o capitalista mercantil,  $D - M - D'$ , lógica que se transfigura em sua forma, incorpora o processo produtivo entre seus extremos, mas em sua essência é a mesma: chegar ao fim do processo com mais riqueza que no início. Se o valor-de-uso da força de trabalho é produzir mais-valia, seu valor é definido pela quantidade de trabalho socialmente necessária para sua produção e reprodução, para o trabalhador produzir-se dia a dia enquanto trabalhador e para ter filhos que

---

<sup>12</sup> Na aurora da sociedade burguesa, a apologética ao empreendedorismo até tinha algum sentido, entretanto, hoje, um trabalho de “extrema importância” tem de ser realizado: comunicar aos atuais ideólogos do empreendedorismo que os mesmos estão atrasados apenas alguns séculos.

<sup>13</sup> A ignorância a qual chega o pensamento econômico burguês ao formular este tipo de hipótese é tão admirável quanto deplorável.

futuramente também desempenhem a função de força de trabalho<sup>14</sup>. Aqui se evidencia um pressuposto histórico da produção capitalista, ela só passa a ocorrer a partir do momento em que a produtividade do trabalho é elevada o suficiente para que se produza um trabalho excedente. Desta maneira, a diferença entre o trabalho excedente produzido pelo trabalhador e o trabalho necessário – necessário para a produção e reprodução da vida do trabalhador – também produzido pelo trabalhador, se materializa na mais-valia.

O valor da força de trabalho e o valor que ela cria no processo de trabalho são, portanto, duas magnitudes distintas. O capitalista tinha em vista essa diferença de valor quando comprou a força de trabalho. [...] o decisivo foi o valor-de-uso específico da força de trabalho, o qual consiste em ser ela fonte de valor, e de mais valor que o que tem. Este é o serviço específico que o capitalista dela espera. E ele procede, no caso, de acordo com as leis eternas da troca de mercadorias. Na realidade, o vendedor da força de trabalho, como o de qualquer outra mercadoria, realiza o seu valor-de-troca e aliena o seu valor-de-uso. [...] O possuidor do dinheiro pagou o valor diário da força de trabalho; pertence-lhe, portanto, o uso dela durante o dia, o trabalho de uma jornada inteira. A manutenção quotidiana da força de trabalho custa apenas meia jornada [exemplo usado por Marx na exposição do assunto], apesar de a força de trabalho poder operar, trabalhar, uma jornada inteira, e o valor que sua utilização cria num dia é o dobro do próprio valor-de-troca. Isto é uma grande felicidade para o comprador, sem constituir injustiça para o vendedor. (MARX, 2006, p. 227)

Como o trabalhador produz não para si mesmo, mas como força do capitalista, utilizando os meios de trabalho de propriedade do capitalista, também o produto de seu trabalho, a mais-valia, é de propriedade do capitalista<sup>15</sup>, que ao realizar na esfera da circulação o mais valor previamente produzido, transforma essa mais-valia em capital, e aqui tem início a vida do capital industrial<sup>16</sup>. Aqui está a diferença fundamental entre o processo de produzir valor, típico da sociedade mercantil – produtora de mercadorias, baseada na pequena indústria, no produtor autônomo e no minúsculo desenvolvimento das forças produtivas –, do processo de produzir mais-valia, processo eminentemente capitalista de produzir mercadorias.

---

<sup>14</sup> E que se tenha claro que o valor da força de trabalho não se trata de um “pressuposto teórico”, mas sim de um pressuposto real do processo capitalista de produção, já que o mesmo não existe sem o trabalhador, ou seja, o trabalhador tem que reproduzir-se dia a dia enquanto trabalhador para assim retornar ao processo produtivo.

<sup>15</sup> Desta maneira, a fórmula que explicita a lógica de existência do trabalhador na sociedade capitalista passa a ser a mesma do produtor autônomo da sociedade mercantil:  $M - D - M$ , ou seja, vender sua força de trabalho, única mercadoria de que dispõe, para assim receber um salário e poder comprar os elementos necessários para sua produção e reprodução enquanto trabalhador.

<sup>16</sup> A fórmula que expressa a lógica de existência do capital industrial, produtor de mais-valia, é a seguinte:  $D - M \dots P \dots M' - D'$ , dinheiro que se materializa em meios de produção (capital fixo e capital variável), passando a conter mais valor durante o processo de produção (relação entre o trabalho vivo e o trabalho pretérito), mais-valia que se objetiva na forma capital-mercadoria, que é realizada no processo de circulação para assim retornar ao processo ininterruptamente, com o único objetivo de expandir a propriedade privada do capitalista, ou seja, acumular capital.

Ou seja, o modo de produção capitalista não produz simplesmente mercadorias, produz capital em forma de mercadoria.

O processo de produção, quando unidade do processo de trabalho e do processo de produzir valor, é processo de produção de mercadorias; quando unidade do processo de trabalho e do processo de produzir mais-valia, é processo capitalista de produção, forma capitalista da produção de mercadorias. (MARX, 2006, p. 230)

E por ser processo capitalista de produção de mercadorias, uma mudança qualitativa acontece em suas leis de funcionamento, leis de apropriação da riqueza produzida, quando passamos a olhar do ponto de vista não apenas da produção, mas também da reprodução do capital. Se num primeiro momento o capitalista, proprietário dos meios de produção, confronta-se com o trabalhador, proprietário de sua força de trabalho, ambos como proprietários individuais de mercadorias, e deste encontro de coisas que o capitalista comprou surge uma riqueza que antes não existia, uma mais-valia, que é de propriedade do capitalista, relação que não entra de forma alguma em confronto com a lei do valor, a coisa muda de figura no momento em que o capitalista reinveste essa mais-valia.

Ao reinvestir na produção a mais-valia adquirida, ao capitalizar a mais-valia, o capitalista novamente repete o processo anterior, entretanto, agora uma parte do seu capital, dos seus meios de produção, não é mais produto de seu trabalho individual, é produto do trabalho dos trabalhadores do período anterior, trabalho passado que foi apropriado pelo capitalista de acordo com a lei do valor. Ao repetir-se o processo várias vezes, o capital que em sua origem era produto do trabalho individual do capitalista incipiente sucumbe diante do trabalho pretérito dos trabalhadores acumulado, ou seja, o capital utilizado pelo capitalista para dominar o trabalho presente dos trabalhadores é única e exclusivamente produto dos próprios trabalhadores, é mais-valia capitalizada. Se no princípio havia uma troca entre equivalentes, regida pela lei do valor, agora a troca de equivalentes passa a ser apenas a aparência da relação, aparência que dissimula e esconde o que realmente acontece.

Nessas condições, é evidente que o direito de propriedade privada, baseado sobre a produção e circulação de mercadorias, se transmuta em seu oposto, em virtude de sua própria dialética interna, inexorável. No início, havia uma troca de equivalentes. Depois, a troca é apenas aparente: a parte do capital que se troca por força de trabalho é uma parte do produto alheio do qual o capitalista se apropriou sem compensar com um equivalente; além disso, o trabalhador que produziu essa parte do capital tem de reproduzi-la, acrescentando um excedente. A relação de troca entre capitalista e trabalhador não passa de uma simples aparência que faz parte do processo de circulação, mera forma, alheia ao verdadeiro conteúdo, e que apenas o mistifica. A forma é a contínua compra e venda da força de trabalho. O conteúdo é o capitalista trocar sempre por quantidade maior de trabalho vivo uma parte do

trabalho alheio já materializado, do qual se apropria ininterruptamente, sem dar a contrapartida de um equivalente. Originalmente, o direito de propriedade aparecia fundamentado sobre o próprio trabalho. Essa pressuposição era pelo menos necessária, uma vez que se confrontavam possuidores de mercadorias com iguais direitos, e o único meio de que uma pessoa dispõe para apropriar-se de mercadoria alheia é alienar a própria, e estas só podem ser produzidas com trabalho. Agora do lado do capitalista a propriedade revela-se direito de apropriar-se de trabalho alheio não-pago ou do seu produto e, do lado do trabalhador, a impossibilidade de apropriar-se do produto de seu trabalho. A dissociação entre a propriedade e o trabalho se torna consequência necessária de uma lei que, claramente, derivava da identidade existente entre ambos.

Por mais que o modo capitalista de apropriar-se do trabalho alheio pareça chocar-se com as primitivas leis da produção mercantil, ele não surge da transgressão delas, mas, ao contrário, de sua aplicação. (MARX, 2006, p. 681-682)

Desta maneira, se o processo de reprodução do capital continua a ser observado apenas em seu momento produtivo, apenas em seu processo de produção, a lei do valor, a troca de equivalentes, continua existindo e determinando a relação de compra e venda da força de trabalho. Entretanto, considerado em seu processo de reprodução, a aplicação da lei do valor transmuta a si própria, o que era essência da relação mercantil transforma-se em aparência na relação capitalista, ou seja, a lei do valor é superada no sentido dialético: é incorporada, subsumida e elevada a um patamar superior. E aqui não se trata de uma lei que em si mesma transmuta-se como se tivesse pernas, braços, cabeça e tronco, mas sim da atividade revolucionária humana que ao se desenvolver transforma-se. Agora os homens não produzem apenas mercadorias, mas sim capital em forma de mercadoria, ou seja, produzem a própria relação capitalista, o trabalhador ao trabalhar produz a sua condição de trabalhador e produz a condição do capitalista, produz capitalistas e trabalhadores<sup>17</sup>, não é mais o desenvolvimento histórico precedente que cria as condições para o modo de produção capitalista, é o próprio processo de produção e reprodução capitalista, ao continuamente separar os trabalhadores das condições de seu trabalho, quem cria as condições para a sua própria existência, o fenômeno se auto-determina, e só quando se apreende a auto-determinação de um fenômeno ele pode ser racionalmente compreendido<sup>18</sup>.

Enquanto se observam as leis da troca em cada ato de troca isoladamente considerado, pode o modo de apropriação experimentar uma transformação total sem que fira de qualquer modo o direito de propriedade inerente à produção de mercadorias. Esse direito vigora não só na época inicial, em que o produto pertence a quem o produz e em que esse produtor, trocando equivalente por equivalente, só

<sup>17</sup> Lei que também não permanece estática, e como será visto mais adiante, sofre uma metamorfose.

<sup>18</sup> Assim também funciona com todas as ciências, só é possível entender o organismo humano adulto, por exemplo, a partir do momento em que se conhece a forma como o organismo se mantém vivo dia a dia, minuto a minuto, segundo a segundo, e não apenas como ele se desenvolveu anteriormente para ser o que é agora. E isto a historiografia jamais entenderá, já que não entende a unidade entre gênese e estrutura. Pobres historiadores que não sabem o que é a história!

pode enriquecer-se com o próprio trabalho; esse direito vigora também no período capitalista, em que a riqueza social, em proporção cada vez maior, torna-se propriedade daqueles que estão em condições de apropriar-se continuamente de trabalho não-pago.

Esse resultado torna-se inevitável quando a força de trabalho é vendida livremente como mercadoria pelo próprio trabalhador. Mas só a partir de então generaliza-se a produção de mercadorias que se torna forma típica de produção; só a partir de então todo produto que se faz é destinado à venda, desde sua origem, e toda a riqueza produzida passa pela circulação. A produção de mercadorias só se impõe a toda a sociedade e desenvolve as suas potencialidades ocultas quando o trabalhador assalariado transforma-se em sua base. Dizer que a interferência do trabalho assalariado vicia a produção de mercadorias é dizer que a produção de mercadorias, para manter-se pura, não deve desenvolver-se. Ela se desenvolve de acordo com as leis imanentes, convertendo-se em produção capitalista, e, na mesma extensão, as leis da propriedade inerente à produção de mercadorias se transformam em leis da apropriação capitalista. (MARX, 2006, p. 685)

O capital, desta maneira, apresenta-se como a riqueza produzida pela classe trabalhadora na relação com a classe trabalhadora, relação entre trabalho pretérito e trabalho presente, que é alienada, torna-se estranha ao seu produtor, é convertida em propriedade do capitalista, se objetiva no capital, e a partir deste momento, lhe oprime, lhe subjuga, torna o trabalhador escravo do capital, ou seja, o que ocorre com o capital é extremamente semelhante com o que acontece com as criações metafísicas dos homens, eles as criam como figuras externas a si mesmos e estas figuras os dominam. O trabalhador nesta sociedade só existe para manter e ampliar a propriedade privada do capitalista, fora disso é tratado como “um estranho no ninho<sup>19</sup>”, sua vida é submetida a uma totalidade capitalista, todas as instituições da sociedade são criadas e recriadas de acordo com as necessidades do próprio modo de produção capitalista, são convertidos os meios de subsistência do trabalhador em capital variável e os meios de produção em capital constante, o capital produz a sociedade a sua imagem e semelhança, cria uma totalidade capitalista. Nesse processo histórico a riqueza criada pelos homens assume a forma de um organismo social: o capital.

“Em um sistema burguês desenvolvido, toda relação econômica pressupõe outras relações na forma econômica burguesas e, portanto, todo fato é ao mesmo tempo um pressuposto; assim efetivamente acontece em todo sistema orgânico. Este mesmo sistema orgânico, como totalidade, tem os seus pressupostos, e o seu *desenvolvimento* no sentido da totalidade consiste justamente no submeter a si todos os elementos da sociedade ou no criar para si órgãos que ainda lhe faltam. *Transforma-se em totalidade histórica*. O desenvolvimento rumo a esta totalidade é um momento de seu processo, de seu desenvolvimento.” (MARX, *apud* KOSIK, 1976, p. 50)

---

<sup>19</sup> Filme de 1975, dirigido por Milos Forman e estrelado por Jack Nicholson.

### 5.3 Manufatura: consolidação do modo de produção capitalista

Agora voltemos à investigação do período manufatureiro. Este período data, grosso modo, de meados do século XVI até o último terço do século XVIII, e a história da manufatura é a história do desenvolvimento da sociedade burguesa até sua plena maturidade: a grande indústria moderna. O surgimento da manufatura, que se utilizava da cooperação entre muitos trabalhadores dentro de uma mesma fábrica, consolidou o modo de produção capitalista como nova forma de produzir a existência dos homens. Se no início, o capitalista se diferencia do mestre artesão apenas por empregar um número superior de trabalhadores no processo produtivo, “mesmo não se alterando o método de trabalho, o emprego simultâneo de grande número de trabalhadores opera uma revolução nas condições materiais do processo de trabalho.” (MARX, 2006, p. 377) As forças que são postas em movimento na manufatura não são apenas a soma das forças individuais dos trabalhadores empregados, mas sim uma força completamente nova, qualitativamente diferente, que eleva a produtividade do trabalho de maneira anteriormente inimaginável. O que é posto em movimento é trabalho coletivo, “não se trata aqui de elevação da força produtiva individual através da cooperação, mas da criação de uma força produtiva nova, a saber, a força coletiva” (MARX, 2006, p. 378).

Comparando-se com uma soma igual de jornadas de trabalho individuais, isoladas, produz a jornada de trabalho coletiva maiores quantidades de valores-de-uso e reduz, por isso, o tempo de trabalho necessário para a produção de determinado efeito útil. A jornada coletiva tem essa maior produtividade, ou por ter elevado a potência mecânica do trabalho; ou por ter ampliado o espaço em que atua o trabalho; ou por ter reduzido esse espaço em relação à escala de produção; ou por mobilizar muito trabalho no momento crítico; ou por despertar a emulação entre os indivíduos e animá-los, ou por imprimir às tarefas semelhantes de muitos o cunho da continuidade e da multiformidade; ou por realizar diversas operações ao mesmo tempo; ou por poupar os meios de produção em função de seu uso em comum; ou por emprestar ao trabalho individual o caráter de trabalho social médio. Em todos os casos, a produtividade específica da jornada de trabalho coletiva é a força social do trabalho ou a força produtiva do trabalho social. Ela tem sua origem na própria cooperação. Ao cooperar com outros de acordo com um plano, desfaz-se o trabalhador dos limites de sua individualidade e desenvolve a capacidade de sua espécie. (MARX, 2006, p. 382)

E, ao por em movimento o trabalho coletivo, a consolidação do modo de produção capitalista, na forma da manufatura, generaliza o trabalho social médio como lei técnica da produção, realiza plenamente a lei do valor, leva-a as entranhas do modo de produção da vida dos homens. O que antes era externo ao capitalista, uma lei externa a sua atividade,

manifestada na concorrência entre produtores individuais, agora é internalizada na própria produção, se impõe na ditadura do tempo. E, ao estender a lei do valor a todos os cantos, a manufatura torna todas as relações entre os homens em relações baseadas no valor-de-troca, no dinheiro, dando assim, depois do capital mercantil, o segundo golpe no capital estamental, amplia o capital como força móvel, tudo fica passível de ser precificado. E neste processo, centraliza de forma ainda mais violenta o capital e cria uma grande burguesia poderosa, que no contato com as corporações de ofício existentes as destrói, destruindo com elas as relações patriarcais que ainda reinavam na produção. E desta forma, o modo de produção capitalista vai minando as relações pessoais de produção, introduzindo em seu lugar, a impessoalidade do assalariamento.

Como visto anteriormente, a manufatura é “um mecanismo de produção cujos órgãos são seres humanos”, o ofício do artesão continua sendo a base da atividade produtiva. Entretanto, ao colocar em movimento o trabalho coletivo, o capitalista decompõe a atividade do artesão. Se antes um artesão isolado, com a ajuda de alguns aprendizes, produzia alfinetes, dominava todo o processo produtivo do alfinete, agora, na manufatura, grande número de trabalhadores reunidos em uma fábrica produz juntos alfinetes, cada trabalhador se encarrega de uma atividade parcial, especializa-se nesta atividade e conseqüentemente amplia sua perícia na realização dela, se antes o artesão se utilizava de poucas ferramentas para realizar o trabalho de fabricar um alfinete, agora cada trabalhador parcial tem uma ferramenta parcial, específica para a realização de determinada atividade<sup>20</sup>. Assim, se um homem é naturalmente forte, é deslocado para uma atividade parcial que exija força, se outro é pequeno e habilidoso, se especializa em uma atividade que lhe é própria, o homem forte fica mais forte em detrimento de sua habilidade, e o habilidoso fica mais habilidoso prejudicando sua força. O trabalhador parcial se torna um homem incompleto, enquanto que o trabalhador coletivo, a junção dos trabalhadores parciais, torna-se “perfeito”, extremamente forte e habilidoso.

Com isto a manufatura estende a margem de pessoas que podem ser empregadas, elimina a necessidade de o trabalhador conhecer a totalidade do processo produtivo, aniquila a importância do artesão, emancipa o homem de seu ofício artesanal, ou seja, pessoas que antes não podiam trabalhar, agora, em função da decomposição do processo de trabalho, podem ser

---

<sup>20</sup> “[...] da maneira como esta atividade [produzir alfinetes] é atualmente realizada, não só o conjunto do trabalho constitui uma ocupação específica, como a maior parte das tarefas em que o trabalho está subdividido consiste, igualmente, em ocupações especializadas. Um homem desenrola o arame, outro o estica, um terceiro o corta, um quarto o aponta e um quinto afia a outra extremidade para receber a cabeça; a fabricação da cabeça exige duas ou três operações distintas; o encaixe da cabeça é uma operação específica; e a importante atividade de forjar alfinetes é, dessa maneira, dividida em cerca de dezoito operações distintas, as quais, em algumas manufaturas, são todas executadas por diferentes operários, embora em outras o mesmo homem às vezes executa duas ou três delas.” (SMITH, 2003, p. 8)



empregadas. Em detrimento da complexidade e da baixa produtividade do homem individual trabalhando, se levanta a mediocridade do trabalho do homem individual e a elevada produtividade e complexidade da ação do trabalhador coletivo. Por estas especificidades, o período manufatureiro se caracteriza pelo elogio a divisão do trabalho, quanto mais passível de ser dividido o trabalho dentro de uma manufatura, maior a produtividade deste trabalho, maior o valor-de-uso produzido. Ao elevar o grau da produtividade do trabalho, a divisão manufatureira do trabalho desenvolve e amplia a divisão social do trabalho, e enquanto na divisão social do trabalho reina a anarquia dos capitalistas individuais buscando seus interesses individuais, na divisão manufatureira do trabalho o que reina é o despotismo do capitalista, que emprega segundo seus desígnios a força de trabalho; enquanto o trabalhador está trabalhando, não passa de um escravo do capital, ou seja, a manufatura, paralelamente ao desenvolvimento das forças produtivas que leva a cabo, fortalece o domínio do capital sobre o trabalho.

Decompondo o ofício manual, especializando as ferramentas, formando os trabalhadores parciais, grupando-os e combinando-os num mecanismo único, a divisão manufatureira do trabalho cria a subdivisão qualitativa e a proporcionalidade quantitativa dos processos sociais de produção; cria, assim, determinada organização do trabalho social e, com isso, desenvolve ao mesmo tempo nova força produtiva social do trabalho. A divisão manufatureira do trabalho, nas bases históricas dadas, só poderia surgir sob forma especificamente capitalista. Como forma capitalista do processo social de produção, é apenas um método especial de produzir mais-valia relativa ou de expandir o valor do capital, o que se chama riqueza social, *wealth of nations* etc., à custa do trabalhador. Ela desenvolve a força produtiva do trabalho coletivo para o capitalista, e não para o trabalhador, e, além disso, deforma o trabalhador individual. Produz novas condições de domínio do capital sobre o trabalho. Revela-se, de um lado, progresso histórico e fator necessário do desenvolvimento econômico da sociedade, e, do outro, meio civilizado e refinado de exploração. (MARX, 2006, p. 420)

É importante ter em vista que a relação entre trabalho e capital na manufatura tem um caráter específico, próprio do período manufatureiro. Na manufatura, o processo de acumulação de capital tem como contrapartida indissociável o aumento da força de trabalho empregada. Como o homem continua sendo o elemento fundamental do processo produtivo, a mais-valia transformada em capital materializasse quase que totalmente em capital variável, ou seja, força de trabalho. Desta forma, o período manufatureiro é marcado por um processo acelerado de transformação dos homens em trabalhadores assalariados “livres”, transformação dos meios de subsistência dos trabalhadores em capital variável, e, acima de tudo, aprofundamento do processo de subordinação do trabalho ao capital. Outra coisa importante de se ter em mente é que, também pelo fato do trabalhador continuar sendo o elemento

fundamental da produção, a força reivindicatória do trabalhador neste período era imensa, sendo constantes as interrupções na produção, o que era de imenso desgosto para os “laboriosos” proprietários do capital.

Devido ao fato do período manufatureiro caracterizar-se pela grande força política do capital comercial e pelo arcaico fundamento técnico da produção industrial, a concorrência entre as nações manufatureiras deu a tônica da história do período, proteções alfandegárias, proibições ao comércio e guerras fizeram parte constante da vida dos homens. Se antes, devido ao pequeno desenvolvimento das trocas, o intercâmbio entre as nações praticamente inexistia, com o desenvolvimento do capital ele transforma-se em condição inexorável para a manutenção do poder nacional. A manufatura, por ter um desenvolvimento técnico ainda modesto<sup>21</sup>, era facilmente introduzida pelas nações ainda não manufatureiras, nações que já tinham certa centralização da força de trabalho e do capital. Isso fazia com que as proteções ao comércio e a divisão do mercado mundial com base na força fosse extremamente necessária para garantir o monopólio das nações que primeiro desenvolveram a produção manufatureira. Desta forma, as nações que detivessem o controle das rotas comerciais, neste período, o controle dos mares, detinham a capacidade de expandir o seu comércio e sua produção.

A nação predominante no comércio marítimo e no poderio comercial assegurava para si, como é evidente, também a maior expansão quantitativa e qualitativa da manufatura. A manufatura de modo algum podia dispensar a proteção, pois pode perder o seu mercado e arruinar-se com menor mudança que se opere noutros países; é fácil introduzi-la num país desde que haja condições relativamente favoráveis, e por isso mesmo é fácil destruí-la. Pelo modo como era realizada no país, em especial no século 18, estava tão ligada às condições de vida de uma grande massa de indivíduos que nenhum país pôde arriscar-se a pôr em jogo sua existência com a permissão da livre concorrência. Por isso, na medida em que é levada a exportar, a manufatura depende da expansão ou da restrição do comércio e exerce, por sua vez, um efeito relativamente muito pequeno. Daí a sua importância secundária, e daí a influência dos comerciantes no século 18. (MARX; ENGELS, 2009, p. 85-86)

Neste processo concorrencial entre as nações, a Inglaterra assegurou para si grande parte do mercado mundial, e desta forma concentrou em grande medida o comércio e a manufatura mundial. Esse grande “pedaço” do mercado mundial, no entanto, não podia ser abastecido com base na estreita base técnica da manufatura, fazendo com que a base técnica da produção manufatureira começasse a entrar em atrito com as necessidades em expansão da nova sociedade nascente. Entretanto, uma criatura do próprio período manufatureiro, a fábrica

---

<sup>21</sup> Se comparada com o período artesanal, a manufatura apresenta grandes avanços na produtividade do processo produtivo, entretanto, ao ser comparada ao período posterior, marcado pela indústria moderna, os avanços da manufatura se transformam em uma mera sombra do que a maquinaria fez pela humanidade.

de ferramentas, viria dar a resposta necessária às novas necessidades. A fábrica de ferramentas se desenvolveu e a partir dela surgiu a fábrica de máquinas, e aqui, a humanidade “dobrou a esquina da história”<sup>22</sup>.

## **5.4 Desenvolvimento da grande indústria moderna: maturidade da sociedade burguesa**

Se na manufatura o homem manuseava a ferramenta, na indústria moderna ele é substituído pela máquina. Enquanto que antes um homem com um martelo pregava um prego em uma superfície, agora o martelo é empunhado por uma máquina que aplica o mesmo movimento humano anterior impulsionado por alguma força motriz, independente da proveniência desta força. “Na manufatura, o ponto de partida para revolucionar o modo de produção é a força de trabalho, na indústria moderna, o instrumental de trabalho.” (MARX, 2006, p. 427) Se anteriormente o limite de ferramentas utilizada por um homem era determinado pelo número de membros do corpo humano possíveis de serem colocados em movimento, agora esse limite desaparece, ou seja, a máquina pode operar com inúmeras ferramentas ao mesmo tempo, o limite biológico do trabalho humano é subjugado.

Desta forma, foi a máquina-ferramenta que levou à revolução industrial, já que pelo fato dela trabalhar com um número cada vez maior de ferramentas, se exigia uma força motriz mais perfeita e poderosa do que a força humana, fazendo com que o carvão e o vapor dessem a tônica das mudanças do período revolucionário. Com a utilização de máquinas gigantescas, que operavam inúmeras ferramentas ao mesmo tempo, tinham sua força gerada por outras máquinas e levada às ferramentas por meio de um sistema de transmissão, o processo produtivo passa a ser realizado não mais por um grande número de trabalhadores reunidos, mas sim por sistemas mecânicos enormes, totalmente libertos dos limites da força e da habilidade restrita do ser humano. Se na manufatura o trabalhador era inserido em um processo de trabalho previamente adaptado a ele, onde desempenhava tarefa parcial submetida a uma divisão do trabalho, processo que tinha a própria força humana como fundamento técnico, na indústria moderna desaparece a divisão do trabalho como fundamento

---

<sup>22</sup>*Marx: Esquina da História*  
(Oswald de Andrade, Dicionário de bolso)

técnico, o homem passa a apenas assessorar a divisão do processo produtivo entre várias máquinas, o processo passa a ser analisado em sua totalidade e a ciência passa a ser a forma organizativa das diferentes fases do processo.

Na manufatura, cada operação parcial tem de ser executável manualmente pelos operários, trabalhando isolados ou em grupos, com suas ferramentas. Se o trabalhador é incorporado a determinado processo, foi este antes ajustado ao trabalhador. Na produção mecanizada, desaparece esse princípio subjetivo da divisão do trabalho. Nela, o processo por inteiro é examinado objetivamente em si mesmo, em suas fases componentes, e o problema de levar a cabo cada um dos processos parciais e de entrelaçá-los é resolvido com a aplicação técnica da mecânica, da química etc. [...]. (MARX, 2006, p. 436)

E quando a maquinaria passa a executar todas as tarefas necessárias para a produção de determinado produto, restando aos trabalhadores as tarefas meramente fiscalizadoras do bom funcionamento do maquinário, tornando-os apenas apêndices da máquina, passa a se ter um sistema automático, sistema tanto mais perfeito quanto menos dependente da força humana. E, se no princípio a manufatura era quem produzia as máquinas para serem utilizadas nos variados setores (majoritariamente no setor têxtil), a elevada produtividade advinda da indústria moderna fazia com que a produção manufatureira de máquinas não oferecesse mais resposta adequada as novas exigências, fazia-se necessário a produção de máquinas com máquinas. A partir de então, desenvolvem-se as fábricas compostas por máquinas gigantescas, revolucionam-se os transportes e as comunicações, destrói-se e recria-se a manufatura e o artesanato, expande-se a produtividade a patamares antes inimagináveis; a grande indústria moderna cria para si a base que lhe é adequada, transforma o mundo sua imagem e semelhança.

Desta maneira, se antes o trabalhador coletivo internalizava na própria produção da vida material dos homens o caráter social do trabalho, agora o trabalhador coletivo se objetiva na máquina, objetiva o caráter social do trabalho na máquina. A máquina e o sistema de máquinas são resultados indissociáveis do processo de desenvolvimento anterior do período manufatureiro, se não fossem os ganhos de produtividade do trabalho, levados a cabo pelo trabalhador coletivo, seria impossível a introdução da grande indústria moderna. A maquinaria, desta forma, é o trabalho coletivo (social), que se materializou na forma do instrumental de trabalho, é o pleno desenvolvimento da sociedade capitalista, é a libertação das forças do capital da restrição advinda da irregularidade e da insubordinação do trabalho humano, *é a libertação do trabalho como fundamento da produção humana através do próprio trabalho pretérito objetivado.*

A ciência – intelecto geral da humanidade objetivado, seja na figura de um cientista ou na de uma máquina –, força eminentemente social, resultado do desenvolvimento da relação homem-natureza desde seus primórdios<sup>23</sup>, passa a ser a principal força que orienta a produção da vida humana, e o instrumental de trabalho, o trabalho pretérito, também social, a condição material da produção. A ciência apropria-se do processo de produção como um todo e o decompõe da maneira mais eficaz possível, decompõe desta maneira a matéria, acha seus elementos mais simples para assim recompô-la segundo sua prévia ideação, decompõe, por exemplo, o carbono e o ferro e recompõe ambos na figura do aço, desenvolve a compreensão do homem sobre a natureza a patamares jamais vistos.

O instrumental de trabalho, ao converter-se em maquinaria, exige a substituição da força humana por forças naturais, e da rotina empírica, pela aplicação consciente da ciência. Na manufatura, a organização do processo de trabalho social é puramente subjetiva, uma combinação de trabalhadores parciais. No sistema de máquinas, tem a indústria moderna o organismo de produção inteiramente objetivo que o trabalhador encontra pronto e acabado como condição material da produção. Na cooperação simples e mesmo na cooperação fundada na divisão do trabalho, a supressão do trabalhador individualizado pelo trabalhador coletivizado parece ainda ser algo mais ou menos contingente. A maquinaria, com exceções a mencionar mais tarde, só funciona por meio de trabalho diretamente coletivizado ou comum. O caráter cooperativo do processo de trabalho torna-se uma necessidade técnica imposta pela natureza do próprio instrumental de trabalho. (MARX, 2006, p. 442)

Com a indústria moderna o desenvolvimento da técnica consegue se objetivar de maneira transcendental. Antes, seja na manufatura ou no artesanato, qualquer catástrofe natural ou social, até mesmo um incêndio que queimasse alguma biblioteca, resultava em um retrocesso para o desenvolvimento da humanidade<sup>24</sup>, desenvolvimento do grau de liberdade do homem, desenvolvimento das forças produtivas. Agora, como a ciência se objetiva no processo produtivo, se materializa, e ao mesmo tempo a revolução efetuada pela máquina nos transportes e nas comunicações torna a produção mundializada, a ciência se eterniza na obra humana. Pela primeira vez na história da humanidade, o produto do trabalho passado dos homens passa a atuar junto ao trabalho presente como se fosse uma força natural, inerente a indústria moderna. E como a produção está ainda assentada sobre as relações capitalistas, a ciência torna-se o instrumento mais refinado e eficaz para o capitalista dominar o trabalhador. Perto da complexidade científica, a simplicidade do trabalhador que é mero acessório da

---

<sup>23</sup> Stanley Kubrick, no filme “*2001: uma odisséia no espaço*”, realiza o maior corte temporal da história do cinema sem realizar nenhum corte temático por entender o desenvolvimento das forças produtivas e a ciência.

<sup>24</sup> O incêndio da Biblioteca de Alexandria, por exemplo, representou a perda de uma parte considerável das obras da antiguidade, e, com a perda destas obras, todos os avanços filosóficos e científicos que elas continham foram perdidos da mesma maneira.

máquina torna-se para ele mesmo sua destruição, novamente o trabalho pretérito alienado pelo trabalhador torna-se instrumento para subjugá-lo, agora sob a figura da ciência.

Por ser o trabalhador individual um mero apêndice da máquina, sua atividade é relegada ao mais absoluto simplismo, qualquer ser humano, independente de suas limitações físicas ou mentais pode trabalhar em qualquer ramo de produção, o mesmo homem pode trabalhar desde o setor têxtil até o setor metalúrgico, se acabam completamente as discriminações entre as profissões, trabalham exclusivamente na verificação do bom funcionamento da máquina, na reparação de algum defeito que possa ocorrer, na lubrificação de algum sistema mecânico etc., de senhor da ferramenta na manufatura, o trabalhador passa a servo da máquina na indústria moderna. Entretanto, se por um lado a maquinaria elimina o trabalhador e a divisão do trabalho como fundamento técnico da produção, o fato da indústria estar acorrentada a relação capitalista de produção recria por todas as partes a divisão do trabalho.

Com a infinidade de novos ramos criados em decorrência da indústria moderna, ao mesmo tempo em que se destrói a manufatura e o artesanato nos ramos onde a indústria moderna adentrou, recriam-se em outros ramos a produção manufatureira e artesanal, não mais sobre as bases anteriores, mas sim sob a ditadura do capital armado com uma nova arma, extremamente poderosa, a maquinaria. A maquinaria ao substituir trabalhadores por máquinas joga uma infinidade de homens na miséria, torna supérflua uma grande parte da força de trabalho, que tem seu valor reduzido a patamares sórdidos, miseráveis, sendo assim passível de ser empregada nas atividades mais degradantes, além do que, a maquinaria, por simplificar o trabalho, permite que se empreguem forças humanas que antes não eram empregadas, permite o emprego da mulher, das crianças, dos relativamente incapazes etc., mas não sem antes recriar o preconceito como forma de sub-remunerar a força de trabalho antes não empregada.

Em contraste com o período manufatureiro, o plano da divisão do trabalho baseia-se no emprego de mulheres, de crianças de todas as idades, de trabalhadores sem habilitação, sempre que possível; enfim, da mão-de-obra barata [...]. Isso se aplica não só com a produção organizada em grande escala, com ou sem emprego de maquinaria, mas também à indústria a domicílio, exercida nas residências dos trabalhadores ou em pequenas oficinas. [...] Além dos trabalhadores fabris, de manufatura e dos artesãos, que concentra em grande número num mesmo local e comanda diretamente, o capital põe em movimento, por meio de fios invisíveis, um grande exército de trabalhadores a domicílio, espalhado nas grandes cidades e pelo interior do país. [...]

A diretiva de economizar os meios de produção é levada a cabo sistematicamente pela produção mecanizada e coincide, desde o início, com o sacrifício implacável da força de trabalho e com o esbulho das condições normais em que se realiza o trabalho. Essa diretiva revela agora suas tendências antagônicas e mortíferas de

maneira tanto mais forte quanto menos desenvolvidas se encontram num ramo de atividades a produtividade do trabalho coletivo e a base técnica dos processos combinados de trabalho. (MARX, 2006, p. 524-525)

Desta forma ocorre um processo constante de destruição e recriação das condições de produção atrasadas em relação a indústria moderna. Entretanto, mesmo que recrie as condições de produção atrasadas, os setores atrasados vivem uma pressão constante para a mecanização; os limites técnicos da manufatura e do trabalho a domicílio em certo momento tornam-se um entrave para o barateamento das mercadorias imposto pela concorrência. Além do mais, a criação de um proletariado moderno de grandes proporções realizado pelo desenvolvimento das comunicações e dos transportes – que romperam o isolamento dos trabalhadores e criaram uma identificação entre as condições de vida dos homens trabalhadores – fez com que surgissem em alguma medida leis fabris regulamentando o processo de trabalho. Assim, *existe uma tendência à mecanização em todos os ramos produtivos*, “a multiplicidade das formas transitórias não dissimula a tendência para a transformação em verdadeiro sistema fabril” (MARX, 2006, p. 537)

Desta forma, o sistema automático de máquinas, ao ser introduzido primeiramente na Inglaterra, obrigou que as outras nações manufatureiras que queriam proteger seu papel histórico, em decorrência da concorrência destruidora que a produtividade extremamente superior da maquinaria impunha, reforçassem suas barreiras alfandegárias como medida paliativa e logo depois introduzissem também em seu território a indústria moderna. Se antes o protecionismo era condição de existência da manufatura, agora a liberdade de comércio se impõe como necessidade do capital em expansão<sup>25</sup>, e através da concorrência entre os capitalistas das diversas nações acelera ainda mais o desenvolvimento da indústria moderna. O desenvolvimento dos transportes e das comunicações submete todas as formas de capital anteriores ao capital industrial, tudo se transforma em capital industrial, tudo é submetido à totalidade burguesa. A grande indústria moderna vai derrubando uma por uma todas as relações pré-capitalistas ainda existentes no mundo; “aniquilou, tanto quanto lhe era possível, a ideologia, a religião, a moral etc., e onde não conseguiu fez delas uma mentira palpável.” (MARX; ENGELS, 2009, p. 88) Tudo se transmutou em relações de dinheiro.

---

<sup>25</sup> Aqui não se quer dizer que o livre-comércio imponha-se de maneira total e irrestrita, a concorrência inter-capitalista no mercado mundial, onde as burguesias nacionais submetem seus respectivos Estados a seus interesses, sempre arruma maneiras de reafirmar o protecionismo enquanto maneira de garantir a existência e a expansão de setores capitalistas relativamente mais fracos a nível global, porém poderosos dentro de seus países. Entretanto a natureza do capital não deixa por isso de ser livre-cambista, já que sempre busca a expansão. O protecionismo adotado pelos Estados Unidos após a Guerra de Secessão e a sua relativa política de livre-comércio adotada após seu estabelecimento enquanto economia dominante é um exemplo claro disto.

A indústria moderna criou a história mundial pela primeira vez, fez dependentes umas das outras todas as nações do mundo, fez também dos diferentes indivíduos destas nações, dependentes uns dos outros para satisfazerem suas necessidades, transformou todos os homens através do consumo – forma como os homens produzem a si mesmos na sociedade capitalista – em seres sociais. Expandiu e continua expandindo para grande parte do mundo a relação entre as classes da sociedade capitalista, tornando caduca a particularidade de cada nação. Entretanto, não aboliu os interesses nacionais da burguesia, que ainda apropria-se do Estado para realizar seus desígnios, mas, por outro lado, cria o proletariado mundial, que cada vez mais, em toda a parte relaciona-se da mesma maneira alienada com a riqueza, criando uma identificação mundial, sendo a única classe realmente internacional, que por sua vez não nega a necessidade da luta nacional contra a burguesia e pelo controle do Estado burguês.

Quanto mais se expandem, no curso desse desenvolvimento, os diversos círculos que atuam uns sobre os outros, quanto mais o isolamento original de cada nacionalidade é aniquilado pelo modo de produção e intercâmbio já formados e pela divisão do trabalho naturalmente produzida entre as diferentes nações, tanto mais a história se torna história mundial, pelo que, por exemplo, quando na Inglaterra é inventada uma máquina que deixa sem pão inúmeros operários na Índia e na China e transforma profundamente toda a forma de existência desses impérios, esse invento torna-se um fato histórico-mundial; e o açúcar e o café provaram a sua importância mundial no século 19 pelo fato de a falta desses produtos, provocada pelo Sistema Continental Napoleônico ter levado os Alemães à revolta contra Napoleão e ter assim se tornado a base real das guerras gloriosas de libertação de 1813. (MARX; ENGELS, 2009, p. 54)

Assim, toda transformação que antes acontecia dentro das diferentes nações, seja científica, artística, filosófica, política, religiosa etc., a partir da consolidação da indústria moderna passa a ser uma transformação mundial, de todas as nações, de toda a humanidade. Aqui não se quer dizer que os países se “igualem” em seu nível de desenvolvimento, mas sim que todos passam a ser criados e recriados segundo uma totalidade capitalista, que mantém e até mesmo aprofunda as diferenças de desenvolvimento se assim for necessário para sua reprodução enquanto totalidade. E esta totalidade, esta natureza do modo de produção capitalista, é importante ter em mente, está determinada em seu elemento mais avançado, na indústria moderna, e não em seu desenvolvimento quantitativo e espacial, não em seu “espraiamento” e em suas especificidades regionais.

Também uma importante transformação ocorre no processo de acumulação de capital com o advento da indústria moderna. O processo de acumulação de capital – como já visto anteriormente – é o processo onde a mais-valia produzida é capitalizada, ou seja, transformada em capital, reinvestida no processo produtivo. No período manufatureiro esta



capitalização era realizada majoritariamente sob a forma de capital variável (força de trabalho), e isso fazia com que se produzissem e reproduzissem, com grande velocidade, homens que viviam de salário. O modo de produção capitalista, baseado nas leis de apropriação capitalistas – não mais na lei do valor, que foi superada dialeticamente –, não produzia apenas mercadorias como anteriormente, produzia também capitalistas e assalariados, produzia a própria relação capitalista, produzia capital. Com a indústria moderna isso tudo muda, a práxis revolucionária da humanidade mais uma vez mostra sua força.

Os ganhos de produtividade na grande indústria moderna estão intrinsecamente associados ao desenvolvimento tecnológico, um capitalista se quiser continuar a existir enquanto capitalista tem de constantemente elevar a produtividade de seu capital, desta forma, a acumulação da mais-valia produzida passa a ser destinada não mais no emprego de força de trabalho, pelo contrário, destina-se para o investimento em capital constante, maquinário que justamente substitui a força de trabalho, ou seja, passa-se a capitalizar a mais-valia produzida cada vez mais em capital constante em detrimento do capital variável. Mesmo que possa haver um aumento absoluto na força de trabalho empregada em decorrência do aumento do próprio capital acumulado – o que de fato ocorre –, esse aumento absoluto aparece como redução relativa se comparado ao capital constante. Agora menos trabalhadores cuidam de mais máquinas, que consomem mais matérias-primas e produzem mais mercadorias.

A acumulação do capital, vista de início como uma ampliação puramente quantitativa, realiza-se, conforme vimos, com contínua mudança qualitativa de sua composição, ocorrendo constante acréscimo de sua parte constante à custa de sua parte variável. (MARX, 2006, p. 732)

Desta forma, a acumulação capitalista agora passa a produzir também uma população excedente, um exército industrial de reserva, uma população que devido ao crescimento vegetativo absoluto e ao recrudescimento relativo do capital variável na produção fica privada não apenas dos meios de produção, mas também do próprio contato com estes meios através do assalariamento. Esta população excedente é extremamente usual para o modo de produção capitalista, por um lado, permite que os períodos de expansão da produção não sejam prejudicados por falta de braços, sendo ela assim absorvida pelo capital, por outro lado, obriga que os trabalhadores empregados trabalhem mais intensiva e extensivamente pressionados pela possibilidade eminente de serem substituídos pelos trabalhadores que compõe as fileiras do exército industrial de reserva, além do que sua capacidade de barganha jurídica por melhores condições de trabalho fica seriamente prejudicada.

Assim sendo, na sociedade capitalista, até mesmo os homens que não estão sob o mando direto do capital são também utilizados a serviço do capital, são também usuais ao processo de acumulação capitalista, são também capital. A relação jurídica entre “homens livres” representada pelo contrato de trabalho aparece assim como uma completa mistificação, uma ilusão grotesca de igualdade, a relação entre oferta e demanda de trabalho na realidade é apenas uma relação entre coisas pertencentes ao capitalista. Nos períodos de expansão, onde há uma incorporação da população excedente no processo produtivo e uma tendência à elevação de salários, o capital recompõe o exército industrial de reserva através do emprego da maquinaria em substituição aos trabalhadores, liberando trabalhadores e não permitindo um aumento nocivo do salário, nos períodos de retração o exército industrial de reserva atua permitindo com que se “estimulem” os trabalhadores empregados a produzirem mais valor que normalmente ou até mesmo permite a redução de salários. Desta forma, com a introdução da grande indústria moderna acabou-se o poder dos trabalhadores dentro do processo produtivo, neste local não lhes resta mais nada a não ser a degradação humana, o despotismo do capital sobre o trabalho se fez completo.

Além da forma absoluta do exército industrial de reserva – os homens objetivamente desempregados – a população relativa aparece de diferentes formas. Nos centros da indústria moderna, por vezes os trabalhadores são atraídos nos períodos de expansão e por vezes são repelidos, entretanto por regra geral a quantidade de homens repelidos é sempre superior em relação ao aumento da escala da produção, formando-se assim uma superpopulação flutuante. Outra forma de superpopulação é a latente; quando a produção eminentemente capitalista apodera-se da agricultura ocorre um fenômeno diferente do ocorrido nas cidades, no campo, o emprego de maquinaria leva a uma redução absoluta dos homens envolvidos no processo produtivo, isso causa uma migração constante destes homens para as cidades, fazendo com que estes trabalhadores estejam constantemente propensos a entrarem numa situação de pauperismo. Uma terceira forma de superpopulação relativa se constitui dos trabalhadores em ação, mas sob condições de trabalho extremamente degradadas, aqui estão os trabalhadores do trabalho a domicílio. Esta é a forma que mais cresce e a que existe em maior proporção; os avanços da grande indústria moderna fazem com que cada vez mais aceleradamente se lancem homens supérfluos nas atividades mais degradantes e destrutivas.

Também fazem parte do exército industrial de reserva os homens, sujeitos ao mais absoluto pauperismo, a condição de indigência, sujeitos as condições de vida mais grotescas que se possam imaginar. Deste estrato fazem parte os aptos para o trabalho, os órfãos e filhos dos indigentes e também os inaptos para o trabalho: idosos, mutilados, etc. Estes homens

despojados de tudo também são parte indispensável e produto do modo de produção capitalista, e o custo de manutenção destas pessoas são pagos pela própria classe trabalhadora, o que fica claro em uma análise mais detalhada do sistema previdenciário dos países. Assim, se já no período manufatureiro, aurora da produção capitalista, não se produzia mais apenas mercadorias, mas sim capital, capitalistas de um lado e assalariados de outro, agora, na indústria moderna não se produz apenas capital, produz-se também a miséria da grande massa da população.

Quanto maiores a riqueza social, o capital em função, a dimensão e energia de seu crescimento e, conseqüentemente, a magnitude absoluta do proletariado e da força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é ampliada pelas mesmas causas que aumentam a força expansiva do capital. A magnitude relativa do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza, mas, quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na relação inversa do suplício de seu trabalho. E, ainda, quanto maiores esta camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior, usando-se a terminologia oficial, o pauperismo. *Esta é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista.* (MARX, 2006, p. 748)

Desta forma, a lei da apropriação capitalista, lei que fazia da sociedade produtora de capital, também através de sua dialética interna é superada. O modo de produção capitalista, que já não se assentava mais sobre a lei do valor, após o surgimento da grande indústria moderna não se assenta nem mais sobre o capital. Assenta-se sobre a desnecessidade histórica do capital, assenta-se sobre a negação do trabalho, o capital agora só pode existir ao jogar na miséria uma grande parte da população, só pode existir com base na degradação dos homens, não só dos homens, mas também da própria natureza. “A produção capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção, exaurindo as fontes originais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador.” (MARX, 2006, p. 571) Ou seja, o capital não garante mais a reprodução da vida dos homens, a forma salário já caducou, e sua incapacidade de resolver a miséria é seu calcanhar de Aquiles. A própria acumulação de capital só acontece dessa maneira, cada novo processo de acumulação elimina mais o trabalho da produção, e assim elimina continuamente o valor, é como se a lei do valor no seu desenvolvimento histórico se transmutasse em uma lei do “anti-valor”, o capital só se reproduz degenerando-se, destruindo a si mesmo enquanto relação social.

Como a acumulação de capital na sociedade burguesa desenvolvida só pode ocorrer – isso enquanto tendência – com a repulsão relativa de trabalho vivo em benefício do trabalho morto, com o aumento do capital constante em relação ao capital variável, com a elevação da composição orgânica do capital, com a repulsão do homem trabalhador no processo

produtivo, o elemento criador da riqueza na sociedade baseada no valor, o trabalho, é espécie em extinção, o homem trabalhador está superado dialeticamente. Se por um lado se produz a desnecessidade histórica do trabalho, por outro lado também se produz a desnecessidade histórica do capitalista; o mesmo processo de elevação da composição orgânica do capital cria uma força de atração entre os capitais, que passam a somente poder existir quando mobilizam enormes massas de capital que possam lhes conferir uma taxa de lucro viável economicamente, isso se traduz no processo de centralização do capital, centralização que possibilita uma ainda maior substituição de trabalho vivo por trabalho morto. E essa “eliminação” progressiva do trabalho produtor de mais-valia tem como contrapartida uma *tendência* à queda da taxa de lucro – lucro oriundo única e exclusivamente da mais-valia.

[...] esse aumento progressivo do capital constante em relação ao capital variável deve, necessariamente, ter por conseqüência *queda gradual na taxa de lucro*, desde que não varie a taxa de mais-valia ou o grau de exploração do trabalho pelo capital. Ora, vimos ser uma lei do modo de produção capitalista que, ao desenvolver-se ele, o capital variável decresce relativamente, comparado com o constante e, por conseguinte, com todo o capital posto em movimento. (MARX, 2009, p. 282)

Desta forma, os capitais individuais são lançados a concorrência mais desleal e predatória possível, um só pode existir ao suprimir seus adversários, o modo de produção capitalista só pode existir ao destruir os capitalistas individuais, tem de criar maneiras mais e mais sofisticadas para garantir a mobilização de enormes massas de capital em grandes empreendimentos<sup>26</sup>, cria a propriedade socializada do capital<sup>27</sup>, o capital nos dias de hoje objetivamente é de propriedade social. Assim o modo de produção capitalista criou a desnecessidade histórica tanto do capitalista quanto do trabalhador, o lucro e o salário já não garantem objetivamente a reprodução da vida dos homens, e isso fica claro ao olhar-se o processo de proletarização da pequena burguesia e o processo de criação da superpopulação excedente. E com a desnecessidade histórica das duas classes que compõe a relação capitalista, chega-se a desnecessidade histórica do próprio capital.

Como dito, o que era lei do valor transmutou-se em lei da apropriação capitalista, o que era lei da apropriação capitalista por sua dialética inexorável transformou-se em lei do

<sup>26</sup> O movimento das formas jurídicas da propriedade privada do capital expressa justamente este processo de acumulação degenerativa do capital. Se no início do modo de produção capitalista a propriedade das empresas era individual, com seu desenvolvimento passa a organizar-se na forma de sociedades anônimas, após isso os mercados de capitais e a propriedade por ações pulverizada se desenvolveram, e hoje os fundos de pensão tornam-se as principais formas de propriedade jurídica do capital.

<sup>27</sup> Socializada no sentido de não haver mais pessoas físicas proprietárias exclusivas de uma grande empresa. De maneira alguma isso quer dizer acesso da massa da população à propriedade privada dos meios de produção, isso seria a destruição efetiva da sociedade capitalista.

“anti-valor”, lei da acumulação degenerativa do capital, acumulação que só pode ocorrer com a destruição progressiva da própria relação capitalista. A sociedade burguesa desenvolvida não produz apenas valor como na sociedade mercantil, não produz apenas capital como na sociedade capitalista, produz valor, capital e, fundamentalmente, sua própria negação, produz seus pressupostos de existência (capital e trabalho) ao mesmo tempo em que os nega. Aqui está a superação dialética: o capital apropriou-se do desenvolvimento de suas formas anteriores, elevou-as a um patamar superior e destruiu seus fundamentos. Como o capital não garante mais nada, os homens atuais tem como característica essencial de suas vidas a incerteza sobre seus futuros, a incerteza sobre o dia de amanhã, e o desespero dos jovens de hoje em busca de concursos públicos é somente expressão desta degeneração do capital.

Degenerando-se, o modo de produção capitalista mostra sua face mais cruel. Como tudo que é vivo e não quer morrer, esperneia, agride, mata. Recria toda a velha porcaria como única maneira de sobreviver, “reinventa-se”, expande-se de forma imperialista pelo mundo, submete os países atrasados a condições que assustariam o maior dos tiranos da Idade Média. O imperialismo não é nada mais que esse capital que se transformou em moribundo. “O imperialismo é um suicida que marcha seguramente para sua consumação” (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 283) É o verdadeiro vampiro, só sobrevive ao sugar o sangue da humanidade; precisando mais e mais de sangue, tende a equalizar para baixo as condições de vida do proletariado mundial, se antes podia dar uma “boa vida” aos trabalhadores dos países avançados, já não pode mais, ataca a previdência e as condições de trabalho no que antes era o “centro” do sistema, trata os trabalhadores a base do cassetete tanto lá como cá. Dentro do modo de produção capitalista aos homens que ainda vivem do trabalho só resta o desespero do presente e a incerteza da própria reprodução da vida no futuro.

Assim, se por um lado a grande indústria moderna criou a possibilidade técnica de superação da divisão do trabalho, possibilidade da libertação plena do homem de suas restrições, criou a possibilidade do mundo da liberdade em detrimento do mundo das necessidades, fez da natureza uma extensão de si mesmo, de suas próprias forças, por meio da ciência, levou à socialização completa dos homens através do intercâmbio mundial. Por outro lado, a relação capitalista ainda existente transforma todas estas possibilidades reais em desgraça também real, transforma a possibilidade da liberdade real em aprisionamento, em escravidão moderna, recria a velha divisão do trabalho sobre bases ainda mais terríveis, tira o sumo do homem, transforma-o em ignorante a serviço do trabalho. Desta maneira, o homem vive uma realidade dialética, exteriorizou as condições para sua libertação, mas ainda não se libertou.

E aqui, somente aqui, quando o homem criou o mundo a partir de si e para si, quando tornou todo o mundo sua imagem e semelhança, está dada a possibilidade histórica de o homem apreender sua verdadeira essência. Entretanto, apreender sua verdadeira essência só pode ocorrer com uma condição nesta sociedade que se apresenta como unidade de velho e novo: o homem despir-se de sua antiga pele burguesa, despir-se do velho em nome do novo. “Esquecer é uma necessidade. A vida é uma lousa, em que o destino, para escrever um novo caso, precisa apagar o caso escrito” (ASSIS, 2005, p. 248)

## 6. O NOVO MATERIALISMO

“O ponto de vista do velho materialismo é a sociedade burguesa; o ponto de vista do novo é a sociedade humana, ou a humanidade socializada.” (MARX, 2009, p. 121) Desta forma Marx define a possibilidade do novo materialismo, da nova concepção materialista sobre a história da humanidade. Só a partir do momento em que os homens reais apresentam-se socializados, em que os homens reais humanizaram a natureza, somente a partir da grande indústria moderna, da ciência como fundamento técnico da produção, somente a partir daí o homem pode entender as coisas como elas realmente são. Com a grande indústria moderna está dada a possibilidade real dos homens tirarem toda a metafísica como elemento explicativo do real, o homem pode entender racionalmente todos os fenômenos, pode entender a vida, por exemplo, não mais como um “sopro divino”, mas sim como produto da evolução das formas de vida baseadas em carbono, e somente por compreender a vida como coisa material, o homem pôde aumentar sua expectativa de vida muito além da sua idade natural.

Isso é a dialética: *o processo humano de produção e apreensão do real*. A dialética não é um conjunto de leis metodológicas para a compreensão dos fenômenos, não é um método, é preciso desmitificar a dialética, entendê-la como produto histórico também, de forma alguma ela é um conjunto de premissas da investigação científica. Sendo assim, ela não é passível de aplicação, não existe aplicação de suas categorias, a dialética é passível de ser apreendida, e a dialética materialista é produto histórico da indústria moderna, é a ciência da história, a única ciência que se coloca no campo da práxis revolucionária humana. Como define Kosik:

A dialética trata da “coisa em si”. Mas a “coisa em si” não é uma coisa qualquer, e, na verdade, não é nem mesmo uma coisa: a “coisa em si”, de que trata a filosofia, é o homem e o seu lugar no universo, ou (o que em outras palavras exprime a mesma coisa): a totalidade do mundo revelada pelo homem na história e o homem que existe na totalidade do mundo. (KOSIK, 1976, p. 230)

Assim, a “coisa em si” só foi passível de ser revelada na sociedade burguesa. Todo o processo histórico reproduzido racionalmente neste texto é produto da própria concepção advinda da sociedade burguesa. Só é possível apreender o homem como produtor único e exclusivo de sua realidade e assim compreender materialmente as formas pretéritas de organização de sua vida a partir do momento em que o homem objetivamente foi colocado

como central, a partir do momento que tudo que existe foi colocado a disposição do homem. O homem só compreende aquilo que domina, e só na indústria moderna o homem passou a dominar todas as forças naturais, passou a compreender a natureza e a si próprio como um conjunto de forças mecânicas, como um conjunto de propriedades químicas. Levado pelos interesses mais mesquinhos e profanos o homem desnudou a natureza e a si mesmo na indústria moderna. E quando desnudou os processos reais da produção de sua vida, a apreensão dos processos reais do intercâmbio da vida social e da história se apresentou como possibilidade.

A sociedade burguesa é a organização histórica mais desenvolvida, mais diferenciada da produção. As categorias que exprimem suas relações, a compreensão de sua própria articulação, permitem penetrar na articulação e nas relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, sobre cujas ruínas e elementos se acha edificada, e cujos vestígios, não ultrapassados ainda, leva de arrastão desenvolvendo tudo que fora antes apenas indicado que toma assim toda a significação, etc. A anatomia do homem é a chave para a anatomia do macaco. O que nas espécies animais inferiores indica uma forma superior não pode, ao contrário, ser compreendido senão quando se conhece sua forma superior. A Economia burguesa oferece a chave para a Economia da Antiguidade, etc. Porém, não conforme o método dos economistas que fazem desaparecer todas as diferenças históricas e vêem a forma burguesa em todas as formas de sociedade. Pode-se compreender o tributo, o dízimo, quando se compreende a renda da terra. Mas não se deve identificá-los. (MARX, 1978, p. 120)

O próprio ponto de vista do trabalho como central nas sociedades humanas – com exceção da indústria moderna –, o ponto de vista do trabalho abstrato, é um ponto de vista viável somente na sociedade burguesa. Sociedade que ao introduzir a maquinaria, tirou todo aspecto sagrado do trabalho, tornou o trabalho objetivamente trabalho abstrato, mero dispêndio de força física e mental, tirou toda sua especificidade, toda concretude do trabalho, concretude que foi objetivada no trabalho pretérito, na máquina, um mesmo homem pode operar uma máquina em qualquer setor da atividade produtiva, e pode ser deslocado de uma atividade para outra sem maiores problemas<sup>28</sup>. Este ponto de vista era totalmente inviável na sociedade pré-capitalista de produção artesanal, o homem trabalhador do período não existia dissociado de seu ofício, ou era padeiro ou era sapateiro por toda sua vida, as atividades de panificação e de sapataria exigiam um conhecimento detalhado de todo seu processo, o

---

<sup>28</sup> Já na sociedade capitalista não desenvolvida, manufatureira, o ponto de vista do trabalho abstrato já se fazia presente, os economistas políticos, principalmente Adam Smith, começavam a apreender a nova forma da propriedade privada baseada no trabalho. Mas somente na sociedade onde a propriedade privada está baseada no não-trabalho, que tem seu grande expoente científico em Karl Marx, é que esta questão se esclarece historicamente e por conseqüência teoricamente, somente quando a sociedade baseada no homem trabalhador é levada as suas últimas conseqüências e transmuta-se em sociedade baseada no homem não-trabalhador é que a significação do trabalho na história da humanidade pode ser apreendida em sua plenitude.



homem era escravo de seu trabalho concreto. Nesta sociedade era impossível desvendar-se a lei do valor, desvendar o próprio valor, desvendar a atividade humana.

Assim, somente na sociedade burguesa desenvolvida é possível adentrar nas categorias mais elementares da reprodução dos homens, utilizando o único instrumental do cientista da história: a abstração; e, ao adentrar nestas categorias elementares partindo de um todo caótico, todo baseado na práxis utilitária humana, poder reconstruir este todo com base em seus elementos mais simples, reconstruir esta totalidade caótica como totalidade concreta, reproduzir o todo como concreto pensado, decompor o real e recompô-lo a partir de seus elementos mais simples. “Elevar-se do abstrato ao concreto *não é senão a maneira de proceder do pensamento* para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado. Mas este não é *de modo nenhum* o processo da gênese do próprio concreto.” (MARX, 1978, p. 117) Ou seja, o processo histórico só pode ser apreendido após o cientista apropriar-se da totalidade concreta da sociedade mais avançada, sociedade que desenvolveu ao máximo as categorias humanas, apropriar-se dos seus elementos mais simples constitutivos, somente assim é possível reproduzir a história racionalmente e não fazer a mera historiografia vulgar.

E isto não se trata de um método investigativo da história, trata-se da própria forma como o homem atua diante da matéria na indústria moderna. Na indústria moderna o homem aprofunda a decomposição da matéria a níveis microscópicos, se no início da humanidade, a decomposição era realizada pela mão humana, como no exemplo do domínio primitivo do fogo, agora, na indústria moderna, a decomposição é realizada pela ciência com base na maquinaria. O homem hoje, por exemplo, descobriu o gene como elemento mais simples e elementar dos seres vivos, ou seja, com base na decomposição microscópica da matéria a biogenética chegou ao elemento mais simples dos organismos vivos. A partir daí, o cientista recompõe o organismo inicialmente estudado sobre novas bases, sobre bases científicas, e assim o homem não apenas compreende o organismo, pode modificá-lo, pode introduzir uma parte do código genético de um escorpião em uma planta para que as formigas não se aproximem mais dela, pode melhorar geneticamente um boi para potencializar sua oferta de carne, pode até mesmo reconstruir órgãos humanos. Assim sendo, o homem só compreende aquilo que consegue manipular, não basta entender, é necessário transformar<sup>29</sup>, o próprio entender só existe como momento do transformar.

---

<sup>29</sup> Ao apreender esta característica inerente da práxis humana Marx e Engels formulam a seguinte tese extremamente acertada e revolucionária: “Os filósofos apenas *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo.” (MARX; ENGELS, 2009, p. 122)

Assim, o “elevar-se do abstrato ao concreto” não é um método, mas sim uma característica inerente e imprescindível da atividade humana. E o desenvolvimento das forças produtivas, o constante processo revolucionário de exteriorização da vida humana e apreensão da mesma vida, permite com que o homem, ao desenvolver sua objetividade, ao materializar sua essência na tecnologia, possa desenvolver e compreender sua subjetividade. Hoje, com base no desenvolvimento científico da biologia, por exemplo, já se descobriu que algumas características humanas, que antes eram tratadas eminentemente como sociais, também são de herança genética<sup>30</sup>. Com o desenvolvimento da física, por exemplo, hoje já se sabe que o movimento dos corpos só pode ser entendido com base no movimento atômico, o empirismo cartesiano não consegue mais dar soluções para os problemas modernos ao mesmo tempo em que foi base para o avanço da física quântica: a dialética se impõe. E ao decompor a si mesmo e a natureza, o homem descobre-se enquanto um ser antropocósmico, ser que está em unidade essencial com todo o universo. Descobre sua natureza humana ou a essência humana da natureza.

Ao levar a todos os cantos do mundo seus produtos, a indústria moderna ao mesmo tempo em que destrói o isolamento da produção e reprodução da vida dos homens, ao mesmo tempo em que socializa a vida dos homens, universaliza a existência científica da humanidade. Mesmo o homem mais isolado reproduz-se com base na riqueza produzida pelo mundo todo, riqueza produzida com base na indústria moderna e na ciência. E isto não significa qualquer coisa, significa que toda a humanidade já deve sua existência não mais ao seu trabalho, mas sim à ciência, ainda que de forma alienada. Significa que os homens são objetivamente seres sociais, mesmo que vivam “isolados” – seja como ribeirinho na beira do rio Negro, seja como homem depressivo em uma quitinete de uma grande metrópole –, sua reprodução enquanto seres humanos deve-se ao trabalho social objetivado e superado na figura da maquinaria e da ciência, a existência humana deixou de ser natural, tornou-se científica.

Enquanto que a filosofia praticamente parou no tempo e em nada mais ajudou para a compreensão da humanidade, além de enveredar por caminhos cada vez mais idealistas, as ciências naturais, a despeito de qualquer contato com a filosofia, desenvolveram-se de forma acelerada, ajudaram na compreensão e transformação do homem, encontraram o gene, o átomo, e agora estão encontrando a antimatéria, a possibilidade real do homem destruir completamente os deuses. Entretanto, se a existência humana após a indústria moderna passa

---

<sup>30</sup> Sem os avanços tecnológicos materializados no microscópio, por exemplo, isto seria impossível.

a ser científica, a relação capitalista que ainda prende os homens transforma esta ciência natural em objeto de domínio, o que era libertação passa a ser jaula. Assim, as condições materiais que primeiro subsumiram a ciência do homem (filosofia) pela ciência natural, agora permitem e tornam necessário que a ciência natural seja superada pela ciência do homem. A própria transformação da natureza em natureza humanizada faz com que a relação homem e natureza, inerente à atividade humana, transmute-se em relação do homem com o próprio homem, em relação do homem enquanto ser social com a natureza humanizada pelo ser social humano objetivado na indústria moderna. E somente aqui está dada a possibilidade da verdadeira ciência, da ciência em sua plenitude, que somente existe junto ao homem em sua plenitude, junto do homem que criou a plenitude do mundo como seu.

*As ciências naturais* desenvolveram uma enorme atividade e se apropriaram de um material que aumenta sem cessar. A filosofia, no entanto, permaneceu tão estranha para elas, como elas para a filosofia. A momentânea união foi apenas uma *fantástica ilusão*. Existia a vontade, mas faltava a capacidade. A própria historiografia só de passagem se ocupa das ciências naturais enquanto momento de ilustração, de utilidade, de grandes descobrimentos particulares. Mas quanto mais *praticamente* a ciência natural, através da indústria, se introduziu na vida humana, transformou-a e preparou a emancipação humana, tanto mais teve que completar diretamente a desumanização. A *indústria* é a relação histórica *efetiva* da natureza, e por isso da ciência natural, com o homem; por isso, ao concebê-la como desvelamento *esotérico* das *forças* humanas *essenciais*, compreende-se também a essência *humana* da natureza ou a essência *natural* do homem; com isto perde a ciência natural sua orientação abstrata, material, ou melhor, idealista, e se torna a base da ciência *humana*, do mesmo modo que já se tornou – ainda que de forma alienada – a base da vida humana efetiva, e dar uma base à vida e outra à *ciência* é, pois, de antemão, uma mentira. [...] A história toda é a história da preparação e do desenvolvimento, para que o “homem” se torne objeto da consciência *sensível* e para o carecimento do “homem enquanto homem” torne-se carecimento. A própria história é a parte *efetiva* da *história natural*, do vir-a-ser da natureza do homem. As ciências naturais subsumirão mais tarde a ciência do homem, assim como a ciência do homem subsumirá as ciências naturais. Haverá então uma *única* ciência.

O *homem* é o objeto imediato da ciência natural; pois a *natureza sensível* imediata para o homem é imediatamente a sensibilidade humana (uma expressão idêntica), como o *outro* homem sensivelmente existente para ele; pois sua própria sensibilidade só através do *outro* existe para ele como sensibilidade humana. Mas a *natureza* é o objeto imediato da *ciência* do *homem*. O primeiro objeto do homem – o homem – é natureza, sensibilidade; e as forças essenciais, particulares, sensíveis e humanas, como encontram apenas nos objetos *naturais* sua efetivação, só podem encontrar na ciência da natureza seu próprio conhecimento. O elemento do próprio pensar, o elemento da exteriorização de vida do pensamento – a *linguagem* –, é natureza sensível. A realidade *social* da natureza e a ciência natural *humana* ou *ciência natural do homem* são expressões idênticas. (MARX, 1978, p. 13-14)

Sendo assim, também o homem em si – indivíduo mediata e imediatamente social, indivíduo uno com sua exteriorização –, em sua subjetividade, é totalidade em si mesmo, é “o modo de existência subjetivo da sociedade pensada e sentida para si, do mesmo modo que também na efetividade ele existe tanto como intuição e gozo efetivo do modo de existência

social, quanto como uma totalidade de exteriorização da vida humana.” (MARX, 1978, p. 10) Desta maneira, as tentativas de fixar a sociedade como figura exterior ao indivíduo, figura que de “fora para dentro” lhe determina, não passam do mais vulgar materialismo, e aqui todas as análises estruturalista sobre a realidade humana vestem a carapuça.

Entretanto, como já visto anteriormente, na sociedade burguesa o homem produz a riqueza de forma alienada, forma alienada que o domina, o destrói e o corrompe. O homem, ao mesmo tempo que efetivou na indústria moderna sua essência social, efetivou seu domínio sobre si mesmo e sobre a natureza, criou tudo a partir de si e para si, na sociedade capitalista, assentada sobre a propriedade privada, o homem individual só apropria-se da sua própria riqueza social através do sentido do ter, só apropria-se do que existe como capital, só vê uma caneta como sua a partir do momento que escreve com ela, só vê uma garrafa cheia d’água como sua quando a bebe, só identifica uma casa como sua ao habitá-la, ou seja, as coisas que ele mesmo produziu só são suas quando ele as consome, e ele só as consome quando possui dinheiro para comprá-las. O homem, que produziu a possibilidade da riqueza de sua existência, vive a pobreza do sentido do ter, não reconhece nas coisas que manuseia a si mesmo, trata-as como meras coisas, não como atividade sensível, mas sim como objetos sensíveis, como se existisse um feitiço (fetiche) em suas criações, elas ganham vida externa ao homem.

Desta forma, toda a subjetividade humana é castrada em nome do sentido do ter. O homem belo não é belo em si mesmo, como característica imanente de sua subjetividade, é belo, pois pode comprar a beleza; a beleza, algo subjetivo, na sociedade burguesa se transforma em algo objetivo, passível de ser adquirido por meio do vil metal. O homem, ao mesmo tempo em que produziu sua essência humana, tem sua existência como desumana, ao mesmo tempo em que produziu sua humanização, produziu também sua desumanização. Passa a ser um ser tão estúpido que só consegue ver algo como seu quando intermedeia entre si e o objeto o dinheiro, e somente quem é proprietário desta porcaria é que supostamente desenvolve sua subjetividade. Supostamente, pois o homem mais “rico” também é um escravo do capital, vive uma vida de aparências, esconde a mediocridade de sua existência atrás da ostentação, atrás da ignorância pintada como bem viver.

Se se pressupõe o *homem* como *homem* e sua relação com o mundo como uma relação humana, só se pode trocar amor por amor, confiança por confiança, etc. Se se quiser gozar da arte deve-se ser um homem artisticamente educado; se se quiser exercer influência sobre outro homem, deve-se ser um homem que atue sobre os outros de modo realmente estimulante e incitante. Cada uma das relações com o homem – e com a natureza – deve ser uma *exteriorização determinada* da vida

*individual efetiva* que se corresponda com o objeto da vontade. Se amas sem despertar amor, isto é, se teu amor, enquanto amor, não produz amor recíproco, se mediante tua *exteriorização de vida* como homem amante não te convertes em *homem amado*, teu amor é impotente, uma desgraça. (MARX, 1978, p. 32)

A propriedade privada ao mesmo tempo em que foi necessária historicamente – pois só a partir dela o homem pôde desenvolver sua subjetividade por meio de sua objetivação (humanização) na natureza e/ou na socialização dos homens –, torna-se, com o desenvolvimento da sociedade humana, uma forma de existência parcial e diametralmente oposta a sua essência, forma desnecessária historicamente. Ao só apropriar-se por meio do sentido da posse, o homem não consegue identificar-se na sua própria atividade, não consegue identificar-se como ser social, exteriorizou sua vida socialmente, mas não consegue apropriar-se dela, vive como se lhe faltasse o sumo, vive uma vida parcial, tem de agarrar-se aos mais diferentes modos particulares de produção da vida, se prende a religião, a família, a moral, a ciência, a arte, etc., vive uma vida fragmentada, existe enquanto angústia, enquanto solidão, enquanto desespero. Assim, na sociedade burguesa desenvolvida, a existência humana entra em conflito com sua essência, sua objetivação com sua auto-afirmação, sua liberdade com sua necessidade, sua vida enquanto indivíduo com sua vida enquanto gênero humano, o homem entra em contradição consigo mesmo, entra em contradição com a natureza, só existe de maneira alienada.

Assim, a propriedade privada aparece na sociedade burguesa desenvolvida como um grilhão, como a impossibilidade da efetivação humana em meio ao reino das possibilidades que se apresenta, aparece como o fundamento real da alienação, propriedade privada e alienação são irmãs gêmeas nesta sociedade. Assim, somente por meio da superação positiva da propriedade privada é possível libertar o homem de toda forma de alienação, somente assim é possível resgatar o homem de sua clausura e impotência, seja religiosa, profissional, familiar, moral, etc., e trazê-lo de volta ao seu modo de existência social, humano. E o comunismo apresenta-se assim como a única forma objetivamente construída de superação da propriedade privada, não por uma vontade dos homens, não como ideal de vida, não como fruto da idéia, mas sim como fruto do desenvolvimento histórico humano, que as diferentes gerações, movidas pelos mais diversos interesses historicamente determinados, sintetizaram na possibilidade e na necessidade real do comunismo como fase subsequente da vida dos homens, fase nem melhor nem pior que a anterior, já que aqui não se trata de moral ou fé, fase “apenas” superior e qualitativamente diversa. “O comunismo é a configuração necessária e o

princípio enérgico do futuro próximo, mas o comunismo não é como tal, o objetivo do desenvolvimento humano, a configuração da sociedade humana.” (MARX, 1978, p. 16)

E esta nova sociedade que se apresenta como possibilidade, também só pode ser colocada em prática, objetivada, ao ser efetivada por interesses concretos de homens reais. E se a sociedade burguesa criou as armas para a sua própria negação, o sujeito histórico que irá necessariamente empunhá-las é o proletariado moderno. Movido pela sua condição de homem desesperado, de homem que vê em cada movimento da história a sua destruição enquanto ser humano, homem que não consegue nem mais reproduzir sua existência, proletário que objetivamente já não possui propriedade privada alguma, ou seja, as próprias condições de vida reais do proletário moderno já são a destruição da sociedade burguesa.

A característica distintiva do comunismo não é a abolição da propriedade em geral, mas a abolição da propriedade burguesa. A propriedade privada da burguesia moderna é a expressão final e mais completa do sistema de produção e apropriação de produtos, que é baseado no antagonismo de classes, na exploração de um homem por outro. Neste sentido a teoria dos comunistas pode ser resumida em uma sentença: abolição da propriedade privada. (MARX; ENGELS, 2006, p. 32-33)

Assim, por mais que o movimento histórico seja perpassado por vaís e vens, por avanços e retrocessos na luta por uma sociedade comunista, como não poderia deixar de ser em todo movimento histórico, as condições materiais criadas pela indústria moderna, a transformação que a indústria moderna gerou na vida dos homens, nunca deixará de colocar em questão os brados comunistas. E estes brados, mesmo que constantemente jogados no descrédito pelos meios de comunicação burgueses, mesmo que ironizados pela burguesia e seus lacaios, hão de ser ouvidos. O que o burguês do alto de sua arrogância e ignorância, dentro de seu bairro de luxo “isolado” do mundo, ou seus lacaios escondidos dentro das universidades jamais entenderão, é que o modo de produção capitalista em seu atual estágio histórico, assentado sobre o não-trabalho, ao mesmo tempo em que cria as condições materiais para uma nova sociedade, não dá mais conta de reproduzir a vida dos homens, e essa mistura tratada apenas como “maré” pela burguesia, não é nada menos que o “dilúvio”, que a “inundação”.

#### O velho mundo

Ó mar! Deves baixar! Já subiste bastante.  
Nunca foi o teu fluxo assim tão abundante.  
Dos teus abismos ouço, em batalhas insanas,  
rugirem as marés como vozes humanas.  
Por que essa chuva fria e esse vento de açoite  
que se fazem sentir no coração da noite?

Por que ameaças de pôr todo o mundo em perigo?  
 Detém-te em teu limite! É tudo que te digo!  
 As mais antigas leis, os velhos preconceitos  
 que à ordem social só tem dado proveitos;  
 os freios ancestrais; a ignorância e a miséria  
 cuja sobrevivência é uma coisa tão séria;  
 as estreitas prisões, os calabouços da alma  
 onde falta a esperança e a revolta se acalma;  
 o poder secular que os anos não consomem  
 sujeitando a mulher à autoridade do homem;  
 o faustoso banquete em que já foi vedada  
 a participação da massa deserdada;  
 toda a superstição, toda a fatalidade,  
 tendo em vista ocultar a face da verdade,  
 não toques nisso não que são coisas sagradas.  
 Só te resta baixar as ondas revoltadas.  
 Querendo proteger todo o gênero humano  
 a fim de evitar que lhe causassem dano,  
 essas torres ergui, monumental empresa  
 que deveriam ser a eterna fortaleza.  
 Porém, tu ruges sempre e cresce sem cessar.  
 Que pretendes fazer? Que queres destroçar?  
 Vejo tudo ceder. Tu arrastas contigo  
 tanto o velho missal como o código antigo.  
 Tudo se torna incerto, incompreendido e falso.  
 Nas ondas a rugir lá vai o cadafalso!  
 Mas não toques no rei! Meu Deus ele caiu!  
 Que vai acontecer? Já o abismo se abriu  
 para tragar agora o juiz e o sacerdote.  
 Não há nada afinal que o teu furor esgote.  
 Detém-te! Por que não? É verdade divina  
 que assim deseja, exige, impõe e determina.  
 Mas que vejo, meu Deus! O Mar desobedece.  
 Volta-se contra mim! Socorro! Como cresce!  
 Como vejo avançar com extrema presteza!  
 E invade em turbilhão a minha fortaleza!

#### O Mar

Eu não sou maré como pensastes em vão,  
 pois eu sou o dilúvio e sou a inundaçãõ!  
 (Victor Hugo, *Na Sombra*)

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A humanidade socializou-se, e neste processo de socialização, humanizou-se, transformou o mundo sua imagem e semelhança. O homem já produz a vida, nos laboratórios de biogenética e nos aceleradores de partícula fazem-se deuses. A natureza só subsiste em estado “puro” com a permissão do ser humano. As florestas só expandem-se ao pedir permissão ao homem, só sobrevivem nos parques ambientais, concessão que lhes damos à vida. Os animais não existem mais em estado natural, mesmo aqueles que vivem no ambiente selvagem são monitorados dia e noite por satélites. Falar em um antagonismo entre homem e natureza transformou-se em um tremendo absurdo, homem e natureza fundiram-se, são um só. E este processo pôde ser apreendido devido ao fato do homem materializar-se, plasmar na materialidade do mundo as suas forças essenciais, eternizar sua obra.

Assim, somente o ponto de vista que leva em conta a eternidade da obra humana, parafraseando Machado de Assis, o ponto de vista do defunto autor, pode dar conta de entender racionalmente o desenvolvimento humano. O ponto de vista burguês já não tem nada a oferecer para a história da humanidade, pelo contrário, serve somente para atravancar seu desenvolvimento, serve apenas para legitimar a escravidão. No início o homem era escravo da natureza que o oprimia (homem primitivo), com seu desenvolvimento passa a ser escravo de seu ofício (artesão), depois, seu ofício, e por extensão o homem parcial, passa a ser propriedade do capitalista (manufatura), contudo, com a grande indústria moderna, o homem criou tudo a partir de si e para si, destruiu a necessidade de seu ofício, superou a necessidade do trabalho. A relação que lhe oprime – o capital – é produto dos próprios produtores diretos da riqueza, o capitalista – personificação da relação – é um entrave para o livre desenvolvimento da humanidade, um entrave que só pode ser destruído com a Revolução Comunista.

Assim, esta monografia tentou narrar, de forma muitas vezes extremamente simplificada, a saga da humanidade em busca da liberdade, a jornada do homem trabalhador transformando-se em homem não-trabalhador, homem que pode ser homem sem precisar trabalhar, que superou o trabalho, pode efetivar-se como homem através da livre criação, através da poesia, da música, da atividade física, enfim, de tudo que envolve a vida humana. Homem que pesca sem ser pescador, atua sem ser ator, compõe sem ser compositor, critica sem ser um crítico, ou seja, faz tudo isso sendo apenas homem, sem o intermédio da clausura



da profissão especializada. Mas tudo isso, dentro da sociedade capitalista, que insiste em reproduzir o velho mundo, torna-se apenas possibilidade, pior, possibilidade que não se realiza, que faz o corpo definhar e o espírito perecer, tudo se reduz ao amor desenfreado pela acumulação de capital.

Quanto menos comas e bebas, quanto menos livros compres, quanto menos vás ao teatro, ao baile, à taverna, quanto menos penses, ames, teorizes, cantes, pintes, esgrimes, etc., tanto mais *poupas*, tanto *maior* se torna teu tesouro, que nem traças nem poeira devoram, teu *capital*. Quanto menos *és*, quanto menos exteriorizas a tua vida, tanto mais *tens*, tanto maior é a tua atividade *alienada* e tanto mais armazenas da tua essência alienada. [...] Todas as paixões e toda a atividade devem, pois, afundar-se na *avareza*. O trabalhador só deve ter o suficiente para querer viver e só deve querer viver para ter. (MARX, 1978, p. 18)

Desta forma, o texto escrito limitou-se em um primeiro trabalho a somente evidenciar esta possibilidade material da liberdade humana. Além é claro de apenas introduzir uma crítica aos marxistas “metodológicos”, “aplicadores de categorias”, “aglutinadores de conceitos”, idealistas, em suma. Resta como projeto de pesquisa futuro a crítica mais específica aos diferentes intelectuais que cometeram ou cometem os equívocos aqui apenas esboçados dentro do marxismo. E como o interesse maior é sempre o de transformar, a crítica aos autores em um trabalho futuro pretende centrar-se nos equívocos do marxismo latino-americano mais especificamente, principalmente dos autores brasileiros. Já que a revolução tem como alvo a destruição da sociedade burguesa, e esta sociedade recria a economia nacional – de maneira débil e degenerativa, é verdade –, os sujeitos históricos revolucionários não podem privar-se dos debates do seu tempo, da busca pela tomada do Estado, da luta nacional. Entretanto, prefiro aqui não dissertar sobre isso longamente, este assunto ainda me é espinhoso e de conclusões incertas, o que justifica ainda mais um estudo futuro neste sentido. Estudo sempre tendo como elemento norteador a principal conclusão desta monografia: o homem como produto de si mesmo.

## REFERÊNCIAS

2001 – Uma Odisséia no Espaço. Direção: Stanley Kubrick. Produção: Stanley Kubrick. EUA: MGM / Polaris, 1968.

ASSIS, Machado. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. São Paulo: Ática, 2004.

\_\_\_\_\_. Verba Testamentária. In. TEIXEIRA, Ivan (org.). **Papéis Avulsos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BÍBLIA. Português. Bíblia sagrada. Tradução de Padre Antônio Pereira de Figueredo. Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica, 1980. Edição Ecumênica.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Lisboa: Editorial Presença, 1976.

\_\_\_\_\_. Proteccionismo y librecambio. In. **Escritos económicos menores**. México: Fondo de cultura económica, 1987. p. 555-568.

ESTRANHO no Ninho, Um. Direção: Milos Forman. Produção: Michael Douglas e Saul Zaentz. EUA: Fantasy Films / N.V. Zvaluw, 1975.

KAFKA, Franz. Um artista da fome. In. **A metamorfose; Um artista da fome; Carta a meu pai**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciências Sociais: Elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Expressão Popular / Clacso, 2008.

MARX, Karl. Discurso sobre el problema del librecambio. In. **Escritos económicos menores**. México: Fondo de cultura económica, 1987. p. 543-554.

\_\_\_\_\_. Manuscritos econômico-filosóficos (terceiro manuscrito). In. GIANNOTTI, José Arthur (org.). **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 1-48.

\_\_\_\_\_. Salário, preço e lucro. In. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. GIANNOTTI, José Arthur (org.). São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 55-100.

\_\_\_\_\_. Para a crítica da economia política. In. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 101-258.

\_\_\_\_\_. **O Capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. L. 1, 2v.

\_\_\_\_\_. **O capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. L. 3, 3v.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

\_\_\_\_\_. **Manifesto do Partido Comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

MONIZ, Edmundo. **Poemas da liberdade**: uma antologia política de Dante a Brecht. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

SARAMAGO, José. Quixote hoje: utopia e política. In. **Fórum Social Mundial 2005**. Porto Alegre: 2005. Disponível em: < <http://www.youtube.com/watch?v=gXpGsMBYnZg>>. Acesso em: 12 out. 2010.

SHAKESPEARE, Willian. O mercador de Veneza. In. **Comédias**. São Paulo: Melhoramentos, 1982.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.